

Reabilitação do Centro Histórico de Vila do Conde

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Maria João Rocha Gonçalves

FAUP | 2011/2012

Orientador Professor Doutor Álvaro Domingues

Agradecimentos Ao professor Álvaro Domingues pela orientação.

À equipa do Departamento de Estudos e Projectos da Câmara Municipal de Vila do Conde, pela informação e disponibilidade prestada

A todos os que me apoiaram e contribuíram para a minha formação académica e pessoal

À minha família, por tudo o que me ajudaram, um obrigado especial.

Índice

04	Resumo
07	1. Introdução
07	1.1. Considerações Iniciais
08	1.2. Objecto de Estudo
09	1.3. Metodologia de trabalho
10	1.4. Método
12	2. Vila do Conde
12	2.1. Caracterização de Vila do Conde
14	2.2 Evolução Urbana
26	2.2. Evolução Demográfica
31	3. Intervenção Urbana
31	3.1. Noções de reabilitação urbana
34	3.2. Intervenção urbana em Vila do Conde
38	3.2.1. PPU – Projecto Piloto Urbano
44	3.2.2. PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas
48	3.3.3. POLIS - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades
56	3.2.4 – Outros programas
63	4. Intervenção Arquitectónica
63	4.1. Noções de património
65	4.2. Intervenção em património
71	4.3. Intervenção em Património em Vila do Conde
74	4.3.1. Solar dos Vasconcelos – Auditório Municipal
80	4.3.2. Solar de São Roque – Livraria Municipal, Centro de Arte Cinemática e Residência de Estudantes
86	4.3.3. Casa de José Régio e Centro de Estudos Regionais
92	4.3.4. Outros casos de intervenção
105	5. Desenvolvimento
109	6. Conclusão
115	Bibliografia
119	Índice dos Gráficos
120	Fontes Iconográficas

Resumo

Nos tempos recentes tem-se assistido ao aumento do incentivo à reabilitação, aparecendo um conjunto de novos programas e estratégias amplamente discutidos e reflectidos entre os decisores e meio técnico e que vai ganhando proporção também a nível da consciencialização da sociedade em geral.

Este trabalho parte de uma iniciativa própria de querer descobrir e aprender mais sobre as práticas de procedimento no processo de requalificação e reabilitação de centros históricos, através do estudo de um caso que se apresenta como um exemplo paradigmático.

O Centro Histórico de Vila do Conde foi alvo de um processo de metamorfose, dirigido pela Autarquia, onde, partindo de um ponto de compreensão do desenvolvimento histórico e urbano, se estuda um conjunto de actuações que conduziram à sua transformação nas décadas recentes. Através da análise dos vários pontos que integram no processo de reabilitação, enumeram-se as mais relevantes na definição de estratégias e a sua contribuição para a alteração da imagem da cidade.

A enumeração dos vários instrumentos de planeamento, e de projectos urbanos e arquitectónicos permite analisar a integração das diversas escalas no mesmo processo. Assim como a enumeração dos diversos instrumentos políticos e agentes presentes, em conjunto com a análise a projectos concluídos permite ainda verificar a relação entre o meio teórico, a prática e o real.

Da actividade do Departamento de Estudos e Projectos como agente de regulação e execução das intervenções é ainda possível aperceber de várias atitudes e métodos de abordagem à reabilitação tanto de espaço urbano, como de espaço arquitectónico, evidenciando-se um conjunto de boas-práticas.

A presente dissertação expõe e promove a reflexão sobre o processo de regeneração/reabilitação de centros-históricos, através do caso em estudo de Vila do Conde.

Palavras-chave: reabilitação, património, centro histórico, Vila do Conde, identidade

Abstract

In recent times there has been an increase in the incentive to rehabilitation, appearing a number of new programs and strategies widely discussed and reflected among decision makers and technical means, being also gaining proportion at the awareness level of general society.

This work begins with the initiative to discover and learn about practices of procedure in the process of requalification and rehabilitation of historic city centers, thought a case study that presents itself as a paradigmatic example.

The Historical Center of Vila do Conde underwent a metamorphic process, directed by the City Council, where, starting from a understanding point of the historical and urban development, led to the study of a set of actions that transformed the city in recent decades. Thought the analysis of several points that comprises the rehabilitation process, there is a enunciation of the most relevant in strategy definition and their contribution to the city's image alteration.

The enumeration of various planning instruments, urban and architectural projects allows the analysis of the integration of different scales in the same process. The enumeration of political instruments and present agents, together with the analysis on completed projects allows to verify the relation between theoretical, practical e reality means.

From the activity do the Studies and Projects Department, as a interventions' regulation and execution agent is possible realize of a diversity of attitudes and methods of approaching a rehabilitation of urban and architectural spaces, presenting a set of best-practices.

This dissertation presents and promotes reflection on the process of regeneration/rehabilitation of historical centers, through the case study of Vila do Conde.

1. Introdução

1.1. Considerações iniciais

A integração do centro histórico na cidade contemporânea é alvo de uma discussão multidisciplinar que se divide em diversas estratégias.

A cidade como um produto histórico¹, em constante mutação, após um contínuo abandono e desertificação de grande parte de centros históricos nacionais, originou um processo de consciencialização da importância da sua recuperação e reabilitação como uma mais-valia arquitectónica, surgindo diversas políticas e iniciativas públicas, tanto a nível nacional como a nível local, equilibradas entre a conservação e modernização.

O conceito de centro histórico tem uma carga simbólica relacionada com “identidade da cidade”, referência para a comunidade de cidadãos, e “imagem resumida da cidade para o visitante”² e apresenta-se com um resultado de um processo de crescimento espontâneo e de acções de planeamento.

A revitalização dos centros históricos, pela conservação do edificado, pela animação cultural e pela diversificação das formas de lazer constituem componentes de acção de poderes locais³, onde se procura a capacidade de sincronização de tecidos urbanos, a harmonia de linguagens arquitectónicas passadas e presentes do edificado e a promoção de dinâmicas culturais.

O conceito de património histórico como *“um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada (...) e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de*

¹ “A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança.” Carta de Atenas, Novembro de 1933, CIAM – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna

² LACAZE, Jean-Paul. *A cidade e o urbanismo*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999, p. 15

³ MARQUES, Hélder; MARTINS, Luís; *Memória, Herança, Património e Paisagem*, in Cadernos de Geografia, nº 17, 1998, Coimbra, F.L.U.C., pp. 123-129

*objectos que congregam a sua pertença comum ao passado*⁴ expandiu-se para além do edifício isolado, compreendendo actualmente os conjuntos edificados e o tecido urbano⁵ - cidades, aldeias, bairros - em que a sua reabilitação permite conservar o valor patrimonial, manter a sua identidade cultural e assumir a sua contemporaneidade, tornando pontos de referência e uma estrutura funcional e formal na cidade.

1.2. Objecto de estudo

O presente trabalho incide sobre a reabilitação do Centro Histórico de Vila do Conde, como resultado de uma estratégia de regeneração urbana, que engloba vários instrumentos de intervenção e agentes, envolvendo aspectos de índole política, económica, urbanística e arquitectónica.

Pretende-se estudar a articulação dos vários instrumentos e a sua operacionalização em diferentes escalas (desenho de cidade e desenho de edifício) e a sua actuação nos diferentes sectores (comércio, habitação, cultura).

O estudo do GTL, como agente responsável pela regulamentação e coordenação das intervenções, e na introdução e sustentação de uma estratégia de conservação do património. Numa primeira fase o trabalho toma como objecto de estudo o CHVC no seu conjunto espacial enquanto numa segunda fase se aprofunda o estudo em sectores, com a análise de amostras de intervenções e análise de edificado através de casos de estudo.

⁴ CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70, 2000, p.11

⁵ *Ibidem*

1.3. Metodologia do trabalho

Esta dissertação tem por objectivo analisar o processo de reabilitação do centro histórico de Vila do Conde desde 1984 aquando a criação da Comissão de Defesa do Património e posterior criação do Gabinete Técnico Local em 1988.

Através da análise dos processos de actuação do GTL, pretende-se mostrar como os estudos e experiência permitiram a reabilitação urbana do espaço público e do edificado.

Pretende-se analisar também o processo de criação e aplicação da política de reabilitação urbana local, que contribui para a preservação da imagem antiga do Centro Histórico.

Pretende-se analisar os vários métodos de acção do GTL, as estratégias preventivas, com a regulamentação do licenciamento de projectos, como as activas, em que o GTL intervém directamente na recuperação de uma série de imóveis para instalação de equipamentos em edifícios de valor histórico e na intervenção no espaço público, em vários arranjos exteriores e arruamentos do Centro Histórico.

O objectivo final do trabalho é a tentativa de definição de metodologias de boas práticas de intervenção sobre património, tanto a nível político como de desenho, com o estudo das várias estratégias para a cidade (PDM, Pólis, Projecto Piloto Urbano, Regulamento para as Intervenções no Perímetro do Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara), os vários tipos de abordagem de requalificação de espaço público (diversas opções de desenho urbano e criação de infra-estruturas) e das várias obras de reabilitação de edificado estratégico, com a predominância de edifícios com valência cultural em edifícios de valor arquitectónico reconhecido (Alfândega Régia/Núcleo Museológico, Solar dos Vasconcelos/Auditório Municipal, Casa S. Roque/Galeria de Arte Cinematográfica, entre outros) e compreender que lições retiradas deste caso de estudo se podem aplicar em outros contextos.

1.4. Método

Iniciando-se com a caracterização da cidade e do Centro Histórico antes da criação do GTL, como ponto de partida para o estudo da evolução da cidade através do processo de reabilitação urbana.

A investigação tem por base uma bibliografia geral do tema de reabilitação urbana e uma centralização em informação específica de Vila do Conde, fornecida pelo GTL ou constante no Arquivo e Biblioteca Municipais, e através de entrevistas com o arquitecto Manuel Maia Gomes e a sua equipa.

Numa primeira fase, centra-se a investigação em instrumentos de reabilitação urbana, através da consulta de vários documentos publicados sobre a temática da reabilitação urbana de Vila do Conde, assim como a consulta de diversos regulamentos e processos de candidatura do GTL.

Numa fase seguinte, centra-se a investigação em casos de estudo de edifícios pertinentes no processo de reabilitação urbana, estudando o processo desde o acto de projectar à conclusão da obra, e posterior utilização. Estudam-se intervenções em épocas diferentes e edifícios de tipologias variadas, permitindo investigar a evolução e mutação no tipo de abordagem ao edifício histórico.



Fig. 01 – Aglomeração urbana com indicação das vias rodoviárias
(retirada do Políticas Urbanas, II, FCG, 2011 PORTAS, N.; DOMINGUES, Á.; CABRAL, J. coord. (2011), Políticas Urbanas-Tendências, Transformações, regulação e projectos, Lisboa, FCG, p.28)

2. Vila do Conde

2.1. Caracterização de Vila do Conde

A cidade de Vila do Conde situa-se no concelho de Vila do Conde, pertencendo à Área Metropolitana do Porto (AMP), distrito do Porto, região de Douro Litoral. A freguesia de Vila do Conde ocupa uma área de 6,88 km² do total de 149,31 km² do concelho. O concelho de Vila do Conde é banhado pelo oceano Atlântico, possuindo 18 Km de praias, sendo também o local onde se encontra a foz do rio Ave. O concelho cresceu desta ligação ao mar e ao rio, mantendo ainda hoje a tradição da construção naval. O concelho é composto por 30 freguesias, com 79.533 habitantes⁶.

Actualmente, existe uma zona definida como Núcleo Antigo de Vila do Conde⁷, que abrange uma área de 0,80 km², e que é considerado essencial para a manutenção da identidade de Vila do Conde. Neste espaço existe uma concentração de património histórico valioso, englobando um conjunto notável de edifícios medievais, casario, igrejas, capelas e arruamentos e que se apresenta como um conjunto aberto ao estuário do Rio Ave e ao mar.

⁶ INE, Censos 2011 (resultado provisório)

⁷ Definido em Regulamento para as Intervenções no Perímetro do Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara presente em Resolução do Conselho de Ministros n. 166/95 de 8 de Agosto de 1995, no Diário da República nº 285 I série B



Fig. 02 – Evolução da estrutura viária em Vila do Conde, Século XVI – Século XXI , escala 1:30000

2.2 Evolução Urbana

A primeira referência documental conhecida à cidade de Vila do Conde reporta-se à *villa de comite*, presente numa carta de venda, feita por Flâmula Devota ao Mosteiro de Guimarães, em que vende as salinas, pesqueiros e propriedades que possuía no Castro de S. João, actual Monte do Mosteiro, fazendo ainda referência à existência de uma igreja nesse local.

O monumento que se presume mais antigo é a Capela de Nossa Senhora da Guia, sendo referenciada, em 1059, no inventário dos bens pertencentes ao Mosteiro de Guimarães, designada como Ermida de S. Julião, tendo servido inicialmente como ponto de apoio para defesa da barra.

O Centro Histórico do Vila do Conde consolida-se a partir dos séculos XII/XIV, juntamente com restantes cidades costeiras, onde se identificam três polos principais, a *Praça Velha*, o *Monte do Mosteiro* e a *Capela do Socorro*. Estes três pontos definem a forma estruturadora da malha que obterá uma expressão claramente urbana posteriormente no século XVI.

A Praça Velha (actual Largo de Antero de Quental) seria a partir do século XIII o núcleo principal das actividades mercantis. É ainda provável ter sido nesta localização edificado o primitivo edifício dos paços concelhios, que reforça a centralidade do largo, atestado pela convergência de múltiplos caminhos, sendo os de maior relevo os percursos de acesso à vizinha Póvoa de Varzim, ao Mosteiro, a Barcelos e ao núcleo ribeirinho. É neste núcleo ribeirinho, localizado numa praia á margem do rio e junto a um pequeno monte onde posteriormente se edificaria a capela do Socorro.

O Monte do Mosteiro, onde anteriormente se localizou o castro de S. João e onde se implantou o Mosteiro de Santa Clara, fundado em 1318, é ainda hoje o monumento mais proeminente na paisagem urbana de Vila do Conde. O Mosteiro ganha mais importância a partir de 1367 aquando a vila passou para a sua alçada, ficando com o senhorio e usufruto das terras e rio. Hoje não são reconhecíveis as características arquitetónicas dos primeiros séculos, que sofreu várias remodelações, sendo a imagem actual resultado da intervenção de 1778, onde adquiriu a fachada Sul em um monumental estilo neoclássico.



Fig.03 – Mapa de Vila do Conde com a marcação de espaços em destaque

No século XV inicia-se a construção da actual Igreja Matriz, que juntamente com um conjunto de intervenções ganha à vila o estatuto urbano, sendo considerado uma "vila e logar junto e arruado"⁸. Uma das intervenções mais significativa é a construção da Praça Nova⁹, junto à recente Igreja Matriz, com desenho quadrado em conformidade com as praças Renascentistas. É nesta praça que se edificará ainda o edifício dos Paços do Concelho entre 1538 e 1555. Data também desta época a abertura da Rua Nova e Rua de S. Bento estabelecendo uma ligação mais directa entre o novo núcleo da Matriz e a zona Ribeirinha.

Neste século Vila do Conde é também alvo de um crescimento do núcleo urbano inicial, promovendo "uma ruptura de escala da malha urbana medieval e subdividindo o núcleo primitivo em várias subzonas. Data do século XV a maior revolução urbanística jamais sentida em Vila do Conde até ao século XX"¹⁰. Vila do Conde é nesta altura qualificada com uma série de espaços públicos e edifícios que constituem parte significativa do património actual. É também nesta altura que se inicia o movimento da noção de centro urbano da Praça Velha para a Praça Nova.

No período seguinte à expansão ultramarina, o desenvolvimento urbano da cidade pára e estagna-se, não havendo relatos de abertura de novas ruas ou acréscimo de população entre os séc. XVII e XVIII, mas sim uma consolidação e continuação de vitalidade, sendo datadas destes séculos a maior parte das Casas Fidalgas e Solares Urbanos existentes em Vila do Conde. É de referir desta data a construção da primeira ligação entre Vila do Conde e Azurara, uma ponte de pedra localizada no sopé do Monte do Mosteiro, em 1792. Esta ponte teve uma duração curta, sendo destruída em 1821 por uma cheia no Rio Ave.

⁸ ALMEIDA, Carlos A Brochado de (Coordenação), AAVV, *Rendas dos Bilros de Vila do Conde*, Minerva, 1994 op. Cit. p.13

⁹ actual Praça Vasco da Gama

¹⁰ Ibidem op. Cit. p.13



Fig. 04 - Igreja Matriz de Azurara



Fig. 05 - Igreja Matriz de Vila do Conde



Fig. 06 - Mosteiro de Santa Clara



Fig. 07 – Teatro Afonso Sanches



Fig. 08 – Cine-Teatro Neiva

Posteriormente a este evento foi planeada uma nova praça junto ao rio (actual Praça da Liberdade) e uma ponte de madeira provisória que viria a durar até 1893¹¹ localizada no mesmo local onde hoje existe e é o ponto de atravessamento mais relevante junto à cidade, integrada no traçado da Estrada Nacional.

Grande parte da malha urbana da área central de Vila do Conde manteve-se com base na estrutura quinhentista, em que as alterações de maior relevância são a abertura da Estrada Real Porto-Viana¹² em 1865 e a “expansão balnear” que com os seus acessos destruiu vários edifícios. Em 1875 é inaugurada a linha ferroviária entre Porto, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, que se estabeleceu como uma barreira para o crescimento da cidade a nascente. De modo a articular estes novos acessos à cidade com a zona balnear, foram rasgadas as Ruas 25 de Abril e a Rua Conde D. Mendo no interior do tecido e que alteraram profundamente a estrutura da malha até então existente. Mais próximo e ligado ao mar foram ainda abertas a Rua dos Banhos, (actual Avenida Bento de Freitas / Avenida Artur da Cunha Araújo), a Avenida Eduardo José Coelho (actual Avenida Sacadura Cabral) e a Alameda Júlio Graça. Estas ruas e avenidas caracterizam-se pela sua rectilinearidade e dimensão¹³.

O mercado construído na primeira metade do século XX, adjacente à Estrada Real vem consolidar esta nova malha do tecido urbano.

Posteriormente a abertura destas ruas, a expansão da cidade cria novos núcleos onde se vão concentrar as maiores alterações a nível de tecido urbano, o núcleo balnear com a criação de uma malha ortogonal que cria quarteirões regulares, com loteamentos para implantação de casas unifamiliares e o bairro piscatório (Caxinas/Poça da Barca), em frente ao mar, com uma ocupação linear com implantações de lotes estreitos e compridos. A ligação deficiente entre este último núcleo e os restantes (balnear e principal) limitou a sua ocupação a funções de sustentação relativas ao mar e não de lazer e recreio.

¹¹ CARMO REIS, A. do; *Nova História de Vila do Conde*, Vila do Conde, CMVC, 2000

¹² Actual Rua 5 de Outubro/Avenida José Régio/Estrada Nacional 13

¹³ A largura nunca era inferior a 10 metros, em conformidade com a legislação de 1864.



Fig. 09 – Panorama



Fig. 10 – Praça da Liberdade



Fig. 11 – Praça da Liberdade



Fig. 12 – Ponte ferroviária



Fig. 13 – Ponte do metropolitano ligeiro

O Ante-Plano de Urbanização de Vila do Conde, de 1952, é o primeiro registo de planeamento para Vila do Conde sendo da autoria do Eng. Miguel Rezende e do Arq. Agostinho Ricca. Este plano tinha como objecto a *"parte central de Vila do Conde, o núcleo principal da Freguesia de Azurara, situada na margem esquerda do Rio Ave, fronteira à Vila, a zona piscatória de Caxinas e Poça da Barca, ao norte em contacto com a Póvoa de Varzim, em largo espaço agrícola circundante"*¹⁴. É de relevar deste plano a proposta para o traçado de uma variante à E.N.13 e que tentaria repor a esta o carácter de via local, central e comercial, mas que nunca se chegou a concretizar por completo. Este plano acabou por cair no esquecimento, tendo sido apenas revisto na década de 60 e poucos dos seus pressupostos foram cumpridos. Entre eles a deslocação da indústria dos estaleiros navais da margem direita para a margem esquerda do rio Ave e a construção de vários edifícios de modo a substituir vários equipamentos que se encontravam em más condições, como os Correios, O Mercado Municipal e o Palácio da Justiça.

A transferência dos principais serviços públicos: tribunal, finanças, conservatória do registo civil, predial e notariado para uma zona limítrofe ao centro histórico e que deslocou consigo actividades comerciais e terciárias antes localizadas no centro histórico criou uma desvalorização e desertificação do núcleo antigo.

O Plano Geral de Urbanização, em seguimento ao Decreto-Lei nº 560/71, de 17 de Dezembro, arranca em 1978 com uma proposta de planeamento conjunto das sedes dos concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, da autoria do Arquitecto Carvalho Dias, e que pretendia ser mais operacional que o ante-plano e que o Plano Geral Conjunto das duas cidades era justificado pela uniformidade das características e a necessidade de um ordenamento global centrado na continuidade espacial. Neste plano propunha-se a criação de um gabinete constituído por técnicos das autarquias, que teriam ainda apoio do Gabinete do Plano da Região do Porto. No entanto e após o período de exposição público do plano à população, este não veio a ter seguimento.

¹⁴ Ante-plano Geral de Urbanização



Fig. 14 – Planta de Trabalho e Urbanização do Antepiano de Urbanização de Vila do Conde de 1951

Algumas das propostas presentes eram a intenção de delimitar o núcleo de origem medieval com a única directriz de revitalização como centro cívico, embora de modo contraditório, nenhum equipamento ou elemento revitalizante seja proposto. Os outros dois núcleos, o piscatório e o balnear, não têm qualquer tipo de preocupação a nível de ordenamento.

Vila do Conde foi elevada à categoria de cidade em 1988¹⁵, seguindo a tendência de evolução, em conjunto com outras localidades.

A inexistência de regulamentação específica permitiu o aparecimento de uma série de edifícios que se revelavam danificadores ao núcleo antigo, sendo identificados como obsoletos e estranhos em relação à envolvente construída (em relação a cércea, materiais de revestimento, pormenorização, alinhamentos), que prejudicam a imagem da cidade.

Em 1984 é constituída a Comissão de Defesa do Património, que dará pareceres sobre todos os pedidos de edificação na zona antiga da cidade. Posteriormente elabora-se um Regulamento específico para as intervenções no núcleo antigo de Vila do Conde que será mais tarde anexo ao Plano Director Municipal de Vila do Conde em 1995.

É ainda de referir a criação do Gabinete Técnico Local em 1990, sendo um elemento activo no planeamento do Centro Histórico e que regula o processo de licenciamento de intervenções no perímetro antigo.

A ausência de um limite físico e confinante para a cidade, como cidade amuralhada, desenvolveu numa urbanização extensiva da cidade, tanto de modo radial aos aglomerados existente como ao longo da Estrada Nacional, criando um urbano contínuo com a vizinha Póvoa de Varzim, resultando numa “cidade continuada”.

¹⁵Por deliberação da Assembleia da República, decisão expressa na Lei n.º 5/88 de 1 de Fevereiro de 1988, no Diário da República nº 26 – 1 série



Fig.15 – Planta do edificado

A par do existente em várias outras cidades, o espaço urbano passou de um ponto ou figura geométrica para uma mancha instável. No caso de Vila do Conde, que já era policêntrico com zonas consolidadas desunidas, estas se espalharam de modo a se articularem entre si, num processo de coalescência entre zonas integrantes da cidade. O centro histórico passa então a ser uma parte do território urbano, sujeito a um processo de patrimonialização, em que os seus limites são desenhados em programa de salvaguarda, como neste caso, em que se declarou um Perímetro do Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara, com um regulamento específico para as intervenções nesta área.

Os efeitos de polarização resultantes da integração na Área Metropolitana do Porto – AMP também se reconhecem numa metamorfose do urbano e do rural. A facilidade de mobilidade dentro da AMP permitiu uma densificação da urbanização, agregada á rede viária e na criação de novas centralidades industriais, resultando no exemplo das zonas industriais de Mindelo e da Varziela, que embora não sejam paradigmáticas no desenho urbano, geram fluxos que se reflectem na cidade.

A auto-estrada A28 localiza-se a nascente da freguesia de Vila do Conde e veio maximizar as acessibilidades à cidade, em conjunto com a substituição da linha ferroviária pelo metropolitano ligeiro, que se apresentou como uma oportunidade de qualificação urbanística.

Os valores da mobilidade e acessibilidade, assim como a possibilidade de expansão da cidade para Este foram ainda estímulo ao estabelecimento de vários equipamentos na envolvente ao estádio do Rio Ave, como é o caso do ESEIG – Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão, do posto da GNR e do Pavilhão Municipal de Desportos.

Recentemente foram ainda transferidas as instalações educativas que se encontravam numa zona consolidada da cidade para uma periférica, como um catalisador para uma nova expansão urbana, utilizando-se o local inicial para a instalação de um parque de jogos, espaço recreativo e de lazer.



Figura 16 - Pescadores

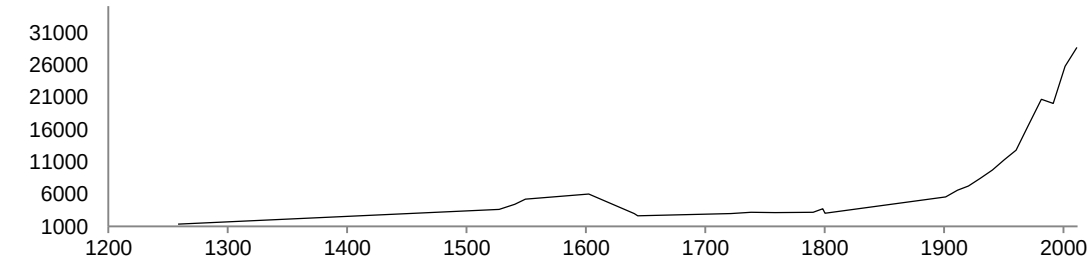


Gráfico 1 - Evolução da população na localidade de Vila do Conde (freguesia)

2.3 Evolução Demográfica

A nível populacional Vila do Conde foi evoluindo ao longo dos séculos. A primeira contagem do número da população foi aquando a Inquirições de D. Afonso II¹⁶, em que Vila do Conde contava já com 1350 pessoas. Em 1527/32 o núcleo de Vila do Conde contava com 3620 habitantes. Após um aumento do número de habitantes até ao início do século XVII, em que contava com aproximadamente 6000 habitantes, denota-se uma quebra demográfica acentuada, existindo 2964 habitantes em 1640 e posteriormente 2628 em 1643.

Existe uma estagnação no aumento populacional nos séculos XVII e XVIII a nível populacional, que se presume assentar em dificuldades na vila a nível da actividade marítima e agrícola e também pela passagem de um processo migratório¹⁷.

A partir de 1864, inicia-se o registo estatístico sistemático da população¹⁸ em que Vila do Conde registou sempre aumento da população residente a nível concelhio. A nível de freguesia, houve novamente um período de decréscimo populacional na década de 80, sendo seguido por um forte aumento nas décadas seguintes.

A nível cultural Vila do Conde conta com um conjunto de associações e clubes, sendo várias centenárias, conta actualmente com mais de 100 colectividades, que desenvolvem actividades diversas nos campos da cultura, desporto e recreio.

Embora já várias destas organizações tenham sido descontinuadas ou substituídas, são de salientar no desenvolvimento da vila o Casino, inaugurado em 1907, o teatro Afonso Sanches, inaugurado em 1900, o Cine-Teatro Neiva inaugurado em 1947, o Círculo Católico de Operário e Clube Fluvial de Vila do Conde, ambos fundados em 1905 e os Ranchos do Monte e da Praça, fundados em 1918 e 1920 respectivamente.

¹⁶ "A primeira referência conhecida ao número de habitantes de Vila do Conde data das Inquirições de D. Afonso II de 1258 e é de 300 casais, o que multiplicado por um coeficiente de 4,5 daria um total de 1350 pessoas." PINTO, António Ventura dos Santos; Vila do Conde (1785-1800) As gentes e o Governo Municipal, Porto, Faculdade de Letras, 2000

¹⁷ AMORIM, António Augusto Gomes, *O Município de Vila do Conde dentro da evolução dos municípios portugueses*, Vila do conde. Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde, nº 7, 1972

¹⁸ Censos da População



Fig. 17 – Mapa de localização de casas notáveis em Vila do Conde



Fig. 18 – Casa onde viveu Guerra Junqueiro;



Fig. 19 – Casa onde viveu José Régio



Fig. 20 – Casa onde viveu Antero de Quental;



Fig. 21 – Casa de Pizarro Monteiro

É de salientar ainda a referência de Vila do Conde a várias figuras de produção literária, que se reconhece no desenvolvimento da vila, sendo o exemplo mais ilustre José Régio, tendo sido a sua casa-museu sujeita a obras de recuperação recentemente. A Câmara Municipal de Vila do Conde desenvolveu ainda o projecto Rota d'Escritas, que iniciando na Casa José Régio vai ainda salientar outros artistas e autores que nasceram ou viveram em Vila do Conde, onde se incluem Afonso Sanches (poeta), José Régio (escritor), Júlio/Saúl Dias (pintor/poeta), Antero de Quental (poeta, filósofo), Camilo Castelo Branco (escritor), Eça de Queiroz (escritor)¹⁹, Robert e Sónia Delaunay (pintores), Eduardo Viana (pintor), Joaquim Pacheco Neves (escritor) e Ruy Belo (poeta).

¹⁹ Consta em Vila do Conde a Casa de Pizarro Monteiro como local de nascimento de Eça de Queiroz, Azevedo, Manuela de; *Á Sombra de Eça e de Camilo : infância e adolescência dos romancistas dadas à luz de novos documentos*; Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 1969

3. Intervenção Urbana

3.1. Noções de reabilitação urbana

No panorama mundial, as cidades encontram-se em constante mudança e a um ritmo acelerado em relação a qualquer outro período da história recente. Esta evolução é originada por uma reestruturação radical da base económica em que a cidade deixou de ser centro industrial de manufatura e produção para se tornar centro de serviço e locais de consumo, e por um processo de descentralização e sub-urbanização, que ocasionou a realocação de funções centrais para áreas periféricas.

O abandono de terrenos e edifícios, degradação ambiental, desemprego laboral e problemas sociais foram fortemente sentidos em áreas industriais e portuárias, embora afectassem também áreas centrais tradicionais e históricas.

Desde meados do século XX que a maioria das cidades europeias enfrentou o problema da desertificação e degradação do espaço habitacional, através de políticas de extinção de bairros miseráveis e realocação da população. Posteriormente, nos anos 60, as políticas progrediram para programas mais sensíveis de renovação da habitação e melhoria das áreas degradadas. Foi no Reino Unido que surgiram algumas das primeiras políticas dirigidas à reestruturação de áreas urbanas.

A partir dos anos 90, foram valorizadas políticas sustentadas na manutenção e melhoramento de áreas urbanas existentes e, a par do Livro Verde sobre Ambiente Urbano²⁰ em que se demonstrava que a protecção global do ambiente podia ser resultado de políticas urbanas em que os principais objectivos são:

- A criação ou recriação de vilas e cidades que proporcionem um ambiente atractivo e apazível aos seus habitantes;
- O favorecimento de estratégias que enfatizem os usos mistos e um desenvolvimento mais denso.

²⁰ Comunidade Europeia, 27 Julho 1990, Bruxelas

O conceito de reabilitação envolve a readaptação do tecido urbano ou consolidado a novas situações em termos de funcionalidade urbana, salientando o carácter residencial, existindo geralmente duas intervenções complementares:

- edificado – melhoramento das condições de habitação, qualidade e conforto, em que se inclui reabilitação de edifícios, demolições parciais ou totais e até a construção de novo edificado;
- paisagem urbana – melhoramento e revitalização do espaço público através de intervenção em fachadas, espaços públicos contíguos ao residencial, em infraestruturas.

O objectivo é atrair para as áreas de intervenção novas famílias, população mais jovem, novas actividades económicas, novos equipamentos de utilização colectiva, mantendo as actividades instaladas, recuperando-as e modernizando-as.

Na Europa não existe explicitamente uma política urbana europeia, existem várias áreas urbanas que beneficiam de políticas ou programas da União Europeia, de forma directa ou indirecta. Nas última décadas tem-se assistido a um conjunto de iniciativas que tentam fortalecer o apoio financeiro, através de fundos estruturais²¹, que têm mudado o impacto da política europeia dos assuntos como a agricultura e pescas para os assuntos urbanos, como é o caso dos Projectos Piloto Urbanos ou a promoção da iniciativa comunitárias no campo de políticas urbanas, o URBAN²², que pretendem constituir exemplos a aplicar e propagar nas cidades.

Em Portugal, desde os finais dos anos 80 a reabilitação urbana tem-se desenvolvido de forma consistente, em que as novas políticas de intervenção são apoiadas em duas ideias fundamentais, a preocupação com o património histórico-arquitectónico e com a manutenção da população nos centros das cidades.

²¹ Os fundos estruturais são mecanismos financeiros utilizados pela União Europeia para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas, com o intuito de reforçar a coesão económica e social. Um dos componentes é o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento regional).

²² A iniciativa comunitária Urban é uma abordagem integrada que pretende reforçar a competitividade, combater a exclusão social e recuperar o meio físico e ambiental, e ao mesmo tempo integrar comunidades imigrantes, promover um desenvolvimento sustentável, igualdade de oportunidades e sociedades de informação, lançada a 1 de Julho 1994.

Portugal adoptou uma nova visão estratégica de requalificação urbana com a criação do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades²³, que com base em financiamentos comunitários propõe mobilizar e potencializar iniciativas que visem a qualificação urbanística das cidades, e que pretende demonstrar através de intervenções exemplares e demonstrativas²⁴ que é possível combater a degradação que se tem verificado nas décadas precedentes, principalmente nos casos de desvirtuação dos centros históricos tradicionais.

Mais recentemente outra iniciativa foi avançada pelo Estado no campo de reabilitação é criação de um novo regime jurídico excepcional de reabilitação de zonas urbanas histórica²⁵, através da disponibilidade aos municípios de criarem Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU) às quais são atribuídos poderes de autoridade administrativa como os poderes de expropriação e de licenciamento. Estas empresas municipais, denominadas de Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU), dão um apoio aos proprietários dos imóveis na preparação e execução das acções de reabilitação.

²³ Programa iniciado pela Resolução do Conselho de Ministros 26/2000

²⁴ Os casos analisados integrados neste regulamento são as cidades de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, área metropolitana do Porto, incluindo as cidades de Vila do Conde, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia, Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Leiria, Sintra (Cacém), Almada (Costa da Caparica), Beja e Albufeira.

²⁵ Decreto-Lei 104/2004 de 7 de Maio



Fig. 22 – Panorama de Vila do Conde antigo



Fig. 23 – Panorama de Vila do Conde actual

3.2. Intervenção Urbana em Vila do Conde

O presente capítulo pretende demonstrar como a estratégia global da regeneração do centro histórico incide sobre diversos domínios; social, económico, requalificação física e funcional, englobando a participação de diversos agentes (Administração Central, EU, Investimento Privado). A definição da estratégia da cidade, que se complementa com várias acções e vários programas de intervenção de política urbana e que representam várias fontes de financiamento, permite um desenvolvimento coerente da cidade.

A cidade de Vila do Conde iniciou ainda um plano de revitalização urbano, reconhecido com diversos prémios, como "Imagem Cidade", "Prémio Cidades Limpas"²⁶, "Prémio Norte Civitas", "Prémio Novo Norte 2011", entre outros.

A desertificação e envelhecimento dos moradores e também deslocação dos diversos serviços do centro histórico que resultaram numa desvalorização do núcleo antigo, e em conjunto com um aparecimento de uma série de edifícios de se revelavam danificadores ao núcleo antigo, sendo identificados como obsoletos e estranhos em relação à envolvente construída (em relação a cércea, materiais de revestimento, pormenorização, alinhamentos) levaram á criação da Comissão de Defesa do Património em Reunião de Câmara de 15 de Março de 1984, comissão consultiva composta por personalidades locais com valor de conhecimentos em história de cultura vilacondenses, para onde passaram a ser remetidos todos os pedidos de edificação na zona antiga do qual os pareceres são valorizados nas decisões de licenciamento executivo.

Após este período considerado como estratégia preventiva em que a Comissão tem um papel passivo na intervenção da cidade, cria-se um corpo técnico específico e capaz de responder a questões de moradores ou proprietários e que se dedicam a encontrar modelos de revitalização do tecido urbano antigo.

Em 1986 é criado o Gabinete de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Vila do Conde com a direcção do Arq. Nuno Portas e coordenação do Arq. Maia Gomes,

²⁶ Prémio no Concurso Nacional "Cidades Limpas" em 1999, 2001 e 2003

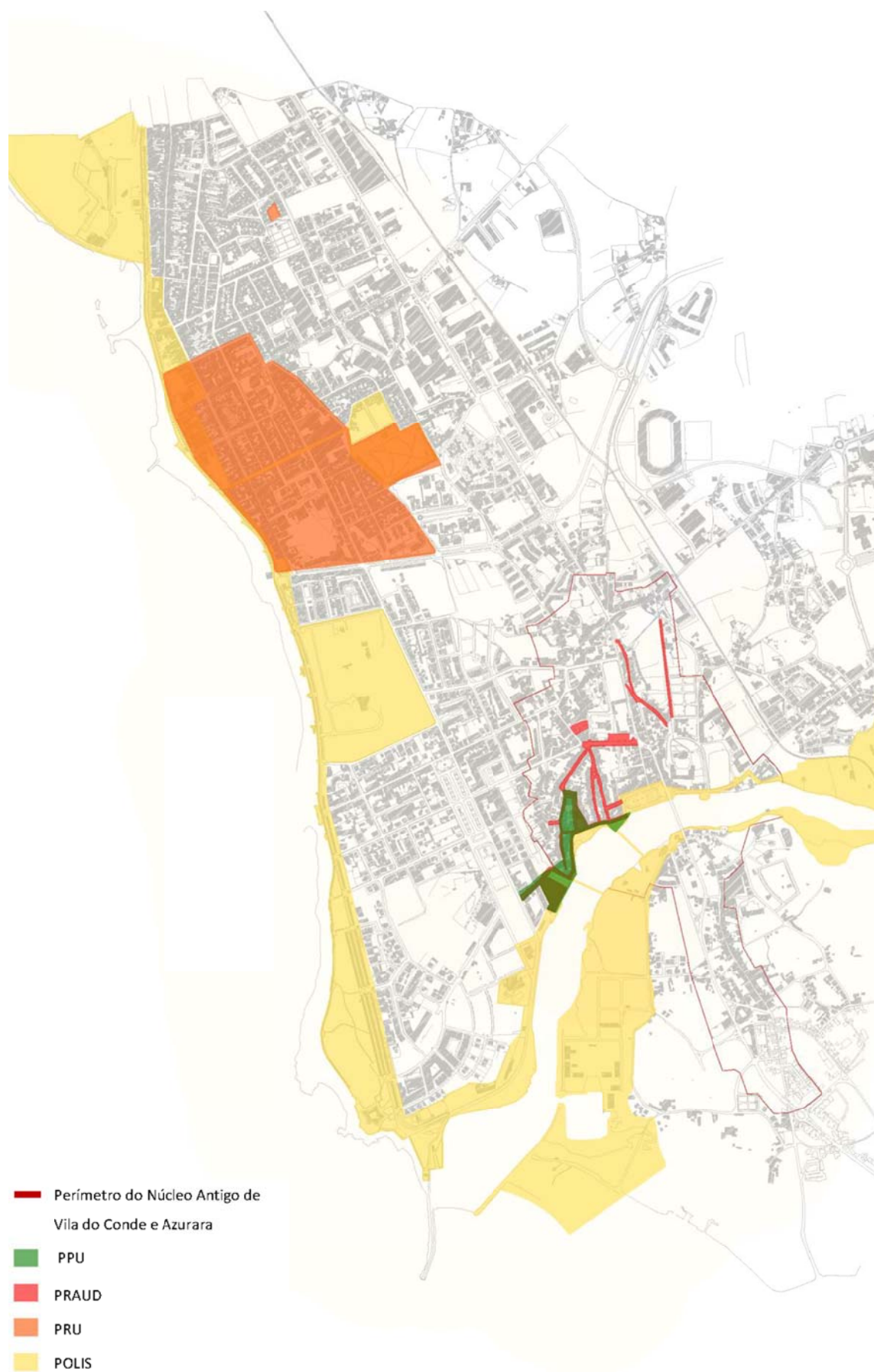


Fig.24 - Planta Síntese das Intervenções em Vila do Conde

transitando este último para coordenador do Projecto Municipal do Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara em 1989, em que as áreas consideradas de intervenção prioritária são a chave para o estudo do tecido urbano da cidade, relacionado com a articulação do núcleo antigo com a zona ribeirinha da foz do Rio Ave.

O Regulamento para as Intervenções no Perímetro do Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara²⁷, delimita uma área que inclui a Praça da República, área marginal ao Rio Ave (Estaleiro Naval), limite poente do centro histórico e ruas góticas. A articulação deste espaço delimitado com a restante área da cidade foi alvo de vários estudos. O estudo da área poente do Centro Histórico, limite com a Avenida Júlio Graça permite relacionar diferentes malhas de tecido urbano, com continuidade de percursos e qualificar e regulamentar estas áreas, evitando a proliferação de construções que poderiam comprometer a paisagem ou o perfil da cidade ou roturas de escala.

O Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Núcleo Antigo de Vila do Conde/Azurara constitui parte integrante do PDM e pretende seguir a política de recuperação e revitalização urbanas com a inserção de equipamentos culturais a instalar em edifícios de valor arquitectónico reconhecido, complementados com a qualificação de espaços públicos – arruamentos, praças, jardins, frentes de rio e mar.

Na estratégia activa da Câmara Municipal, pretendeu-se potencializar a revitalização do Centro Histórico de Vila do Conde com a inclusão no tecido urbano de equipamentos culturais instalados em imóveis com valor arquitectónico reconhecido, tentando assim desenvolver um reencontro dos habitantes da cidade com o património edificado e criar um projecto cultural, instalando em diversos pontos equipamentos de índole social e artística, distribuindo factores de revitalização e de dinamização no tecido social da cidade.

²⁷ Contributo do trabalho do Gabinete de Planeamento e Gestão Urbanística, da Comissão da Defesa do Património e da Câmara Municipal de Vila do Conde, datado de 1987



Fig. 25 - Planta da área de intervenção do PPU



Fig. 26 – Sôpe do Socorro anterior á intervenção



Fig. 27 – Praça das Descobertas anterior á intervenção

3.2.1. PPU – Projecto Piloto Urbano

A candidatura de Vila do Conde ao Projecto Piloto Urbano²⁸ “Viagem à Rosa dos Ventos” foi uma das 26 candidaturas seleccionadas a nível europeu para a segunda fase de Urban Pilot Projects, no período entre 1995-1999, de entre 503 candidaturas originárias de 14 países membros, sendo a única portuguesa aceite.

Os PPU’s são concebidos como elementos de uma estratégia global de desenvolvimento de área urbana, cujos objectivos são a correcção de efeitos de um crescimento desequilibrado, a regeneração de zonas urbanas mediante a introdução de novas actividades ligadas à sua reabilitação e à protecção do seu ambiente, resultando na implementação de vias e atitudes que contribuem para uma coesão económica e social sustentável. Os PPU’s incitam a experimentação de ideias para uma melhor gestão de problemas urbanos a nível local como elementos de uma estratégia global de urbanismo, promovendo soluções de carácter inovador e demonstrativo.

Os principais objectivos do PPU de Vila do Conde são:

- A correcção dos efeitos de crescimento urbano desequilibrado e a promoção de uma melhor planificação na zona peri-urbana,
- A regeneração das zonas urbanas em dificuldade mediante a introdução de novas actividades ligadas à sua reabilitação e à protecção do seu ambiente.
- A promoção de parcerias entre os sectores público e privado como condição essencial para a execução das acções.

No convite à apresentação de propostas para projectos-piloto Urban, um dos temas enquadrado indicado é: *“recuperação de centros históricos ou zonas degradadas e lançamentos de novas actividades económicas ou reforço das actividades já existentes (...) em combinação com acções de formação profissional, reabilitação, acções a nível do ambiente ou medidas de melhoria de segurança”*.²⁹

²⁸ Artigo 10º do Regulamento (CEE) nº 4254/88, modificado pelo regulamento nº 2083/93 de 20.07.1993, relativo ao FEDER. Em 20.06.1995 é lançada a segunda série de acções, a realizar no período de 1995-1999, publicada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº C319 de 30.11.1995.

²⁹ Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº. C319 de 30.11.1995.

A área de intervenção do PPU envolve a frente ribeirinha e a parte abandonada pelos estaleiros de construção naval, cerca de 6,700 m², e inclui a intervenção na Praça das Descobertas, recuperação do antigo estaleiro e sua envolvente, espaço fronteiro ao edifício da Alfândega e a concepção da doca seca onde se localiza uma réplica de uma Nau Quinhentista.

As acções do PPU são elementos-chave para a valorização da Zona Histórica, que constitui uma oportunidade de requalificação de uma zona ambientalmente degradada, revitalizar a indústria de construção naval e estabelecer instituições e eventos de conteúdo cultural, educativo e tecnológico. O principal propósito é aumentar a atractividade da cidade de Vila do

Acções	Descrição
A1	Recuperação da Casa da Alfândega Régia
A2	Construção da réplica da Nau das Descobertas
A3	Constituição do Centro Documental da Navegação Quinhentista
A4	Intervenções/Qualificação dos espaços públicos envolventes: Frente do Rio Ave
A5	Trocas de informação (outros PPUs)
A6	Acompanhamento e Avaliação
A7	Gestão

Quadro 2 – Descrição das Acções do PPU

Parceiros/Apoiantes/Patrocinadores	Acções
Fundação Oriente	A1, A2, A4
Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses	A1, A2, A3, A4
Instituto Português de Arqueologia	A1, A4
Ministério da Ciência e Tecnologia	A1, A2, A3
Secretaria do Estado e do Turismo	A1, A2, A3, A4
Faculdade de Letras da Universidade do Porto	A3
Museu da Marinha	A2
Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores - INESC	A3
Instituto Nacional de Arquivos - INA	A3

Quadro 3 – Parceiros/Apoiantes/Patrocinadores do PPU

Conde, aumentar e diversificar a oferta de instituições culturais e de animação urbana, revitalizando o Centro Histórico com a criação de novos equipamentos no domínio da oferta cultural, formação profissional, criação e emprego e animação urbana.

O objectivo é valorizar a memória de um passado glorioso através da criação de um conjunto de equipamentos portadores de valores culturais e de conhecimento, e transformar a frente ribeirinha num marco urbanístico de valor simbólico ambiental e identitário.

Os projectos englobam várias acções integradas urbanisticamente, incluindo a recuperação da Casa da Alfândega e a qualificação da Zona Ribeirinha envolvente, com a construção da Nau das Descobertas, Centro Documental da Navegação Quinhentista e a Praça das Descobertas.

A proposta para o financiamento foi comparticipada pela FEDER (PPU-art.10º) e 40.8% por compartição Nacional através da Câmara Municipal de Vila do Conde, que assegura também a gestão do projecto que, valorizando estruturas existentes, integra a equipa de projecto no GTL, permitindo a articulação do PPU com outras intervenções da autarquia, nomeadamente sobre a reabilitação do Centro Histórico da cidade, do Plano de Urbanização em elaboração e do “Plano de Pormenor” da Frente Ribeirinha.

A candidatura de Vila do Conde ao PPU articula-se com um conjunto coerente de instrumentos, numa tentativa de conjugar vários elementos de intervenção:

- a articulação da zona antiga e consolidada da cidade com as áreas de novo crescimento, resultando numa série de intervenções emblemáticas.
- beneficiar de projectos em parceria público/privado
- qualificar a Zona de Expansão Balnear do séc. XIX, onde se encontram também alguns edifícios públicos em património reabilitado.
- qualificação ambiental das frentes de rio e mar, tirando proveito das suas qualidades para localização de equipamentos para uso desportivo, turístico e fruição de espaço natural.

O interesse estratégico dos projectos do PPU, em que a acção A7 – Gestão do Projecto – é assegurada pela autarquia, é intencionada de modo a possibilitar a articulação com outras intervenções da autarquia em relação ao Centro Histórico da cidade.



Fig. 28 – Praça das Descobertas posterior à intervenção



Fig. 29 – Zona Ribeirinha posterior à intervenção



Fig. 30 – Fotografia após a intervenção

Resultado

A Alfândega Régia, concluída em 2001, apresenta um espaço de museu, Museu de Construção Naval, em que fazem parte da sua colecção permanente ferramentas de construção naval em madeira, desenhos e projectos de embarcações, fotografias, miniaturas de embarcações e documentos vários. No primeiro piso localiza-se ainda o Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas, CEDOPORMAR, inaugurado a 12 de Dezembro de 2003, sendo uma extensão especializada do Arquivo Municipal de Vila do Conde e que integra reproduções digitais de documentos tutelados por diversas instituições do país e no estrangeiro.

A zona ribeirinha foi inaugurada a 15 de Dezembro de 2007, com a visita de Presidente da República, Cavaco Silva, que incluiu a inauguração da réplica da Nau Quinhentista, da Casa do Barco e do Centro de Acolhimento.

A réplica da Nau, construída no Estaleiro Samuel&Filhos³⁰, em conjunto com outra réplica encomendada para a Expo '98, são resultado de uma iniciativa de viabilização e aumento do emprego do estaleiro naval da cidade, fazendo uma projecção internacional que proporcionará novas encomendas e reparações de embarcações em madeira.

A Casa do Barco é um equipamento de homenagem aos pescadores locais, aliando a tradição e a modernidade, sendo a sua exposição marcada pela importância das pescas e de outras actividades marítimas, havendo ainda uma réplica de uma embarcação de pesca tradicional “gasoleiro” e expondo também algumas embarcações construídas segundo as tecnologias mais recentes, usadas em desportos aquáticos de alta competição de renome internacional.

O Centro de Acolhimento, com bar e esplanada encontra-se no limite da intervenção, que inclui ainda um ancoradouro de barcos de recreio. A intervenção reforça o potencial turístico de Vila do Conde, focando no turismo cultural.

³⁰ Boletim Municipal n.º 72 Novembro-Dezembro, 2007

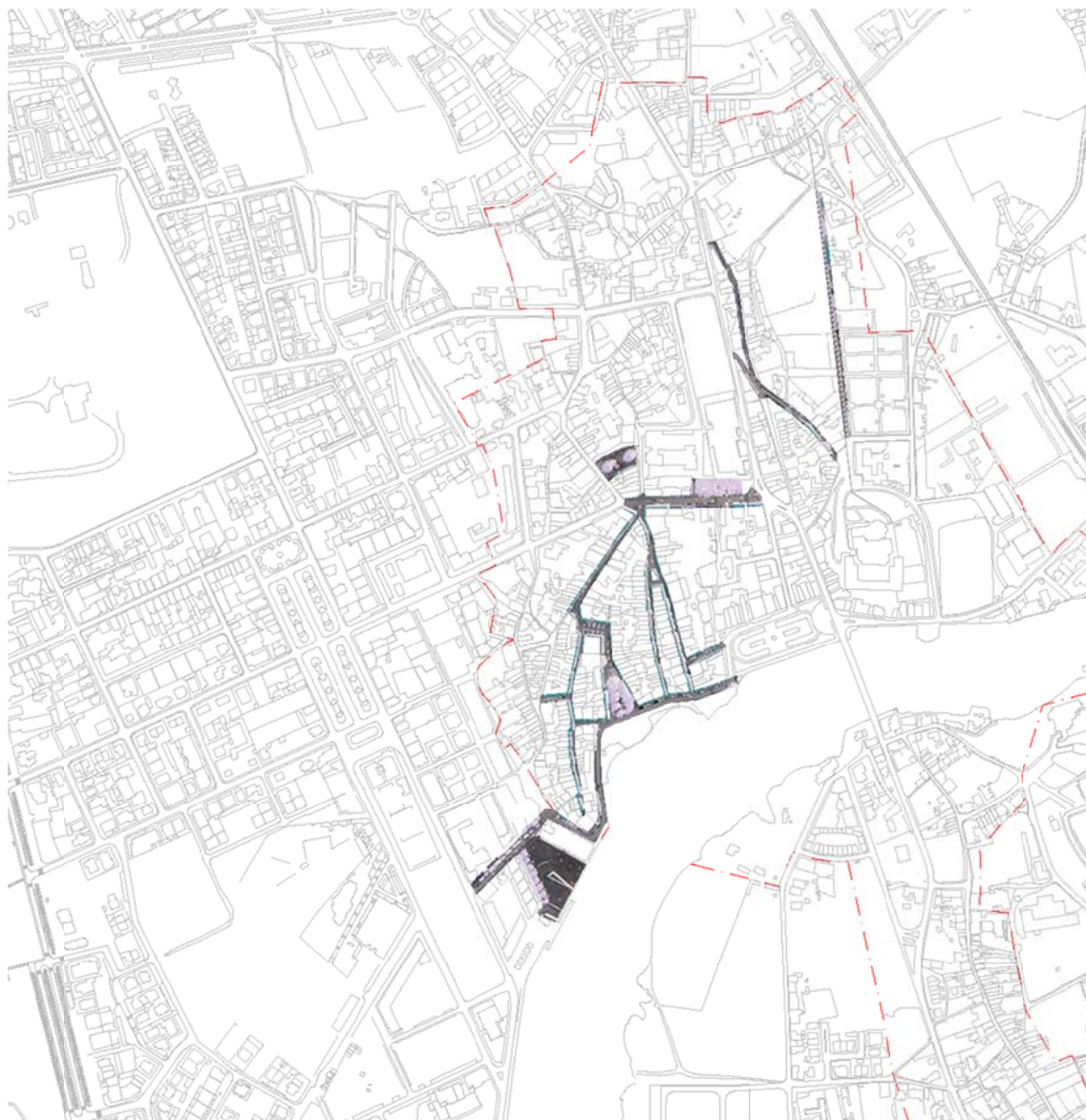


Fig. 31 – Planta de área de intervenção do PRAUD

3.2.2. PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas

O Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD)³¹ destina-se a apoiar as câmaras municipais em operações de reabilitação e renovação de áreas urbanas degradadas e a acções de preparação ou acompanhamento de operações de reabilitação ou renovação através da instalação e funcionamento de GTL's.

“Pretendeu-se com a iniciativa promover uma alternativa à expansão dos núcleos urbanos determinada pela necessidade de cobrir carências habitacionais, quantitativas e qualitativas, referenciando, em simultâneo, três vantagens: redução do consumo de solo em processos de urbanização; administração mais fácil e menos onerosa das redes de infra-estruturas e dos equipamentos e salvaguarda do património histórico, cultural e social que as áreas urbanas degradadas frequentemente encerram.”³²

A operação de reabilitação e requalificação de espaços públicos no centro histórico de Vila do Conde visa a intervenção no espaço exterior público assumida como elemento fundamental de requalificação de áreas urbanas degradadas

Os arruamentos presentes na candidatura ao PRAUD foram seleccionados pela sua localização no núcleo mais antigo, não só pelo seu estado de degradação mas também pela sua carga simbólica de modo a conferir mais coerência às intervenções em espaço público.

³¹ Criado pelo Ministério do Planeamento e da Administração do Território pelo Despacho 1/88 de 6 de Janeiro, modificado pelo Despacho 23/90 de 6 de Novembro e Despacho 42/2003 de 6 de Dezembro

³² Despacho 23/90 de 6 de Novembro em Diário da República – II série nº 269 de 21 de Novembro de 1990

Fase	Identificação do Local	Área da intervenção
Fase 1	Rua dos Prazeres, Travessa dos Prazeres, Rua do Socorro, Calçada de S. Tiago, Largo do Socorro	1 6342 m ²
Fase 2	Praça Vasco da Gama	1 750 m ²
Fase 3	Rua de S. Bento	1 295 m ²
Fase 4	Largo do Laranjal e Largo Dr. Cunha Reis	2 572 m ²
Fase 5	Praça das Descobertas (Praça D. João II)	6 000 m ²
Fase 6	Largo de S. Roque, Rua do Lidador e Travessa do Lidador	2 776 m ²
Fase 7	Rua da Fraga, Rua da Praça da República ao Largo da Alfândega, Espaços Exteriores à Casa da Alfândega e Rua do largo da Alfândega à Praça das Descobertas	5 183 m ²
Fase 8	Largo dos Artistas, Rua 25 de Abril e Praça de S. João	5 385 m ²
Fase 9	Requalificação da Zona Envolvente ao Aqueduto de Stª Clara (muro em blocos a Poente dos Arcos, Rua de Trás os Arcos, Arruamento Novo a Poente dos Arcos), Rua das Donas e Rua de Santo Amaro	8 370 m ²
Fase 10	Remodelação e Ampliação da Casa da Alfândega	365 m ²

Quadro 4 - As 10 fases da divisão do projecto de recuperação

O programa é gerido pela Direcção-Geral de Ordenamento do Território (DGOT) com a colaboração das Comissões de Coordenação Regional e sendo a nível local gerido pela Câmara Municipal de Vila do Conde através do GTL. Para as acções de reabilitação e requalificação de espaços públicos será investido um montante global de cerca de 903.106.125 escudos³³, dos quais cerca de 105.284.142 escudos³⁴ constituirão investimento do PRAUD. A comparticipação no âmbito do PRAUD não é impeditiva do recurso pela Câmara Municipal a outros programas ou formas de financiamento, desde que alheios à DGOT, que se articula com todos os programas incidentes na área de intervenção, centro histórico, complementando-os:

O Projecto Piloto Urbano é comparticipado pela FEDER em 59,2 % do investimento, sendo o restante 40,8 % o investimento da autarquia. Com a articulação do PRAUD, compete a Câmara Municipal 25% dos 40,8%, ou seja 10,2%.

O PROCOM faz da competência da Autarquia o investimento de 50 %. Nas acções articuladas com o PRAUD, compete a Câmara Municipal 25 % dos 50%, ou seja 12,5 %.

A Operação Norte faz da competência da Câmara Municipal 30 % do investimento. Nas acções articuladas com o PRAUD, o investimento autárquico é de 25% dos 30%, ou seja, 7,5 %.

A articulação com o centro de emprego, através de contratos-programa e acções de formação executa obras complementadas pelo PRAUD.

O resultado das acções do PRAUD é a criação de uma imagem de conjunto através da homogeneização da intervenção global apoiada na experiência e que se baseia na integração de elementos dimensionais ou materiais como pontos de referência em projecto.

³³ Unidade monetária da candidatura ao programa (4.504.674,36€)

³⁴ Unidade monetária da candidatura ao programa (525.155,08€)



Fig. 32 – Planta de área de intervenção do POLIS

3.2.3 – POLIS Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades

O Programa Polis³⁵ - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades é uma acção do Governo, com base em disponibilidades financeiras no III Quadro Comunitário de Apoio e que se propõe a desempenhar papel mobilizador e pretende potenciar iniciativas que promovam a valorização ambiental e qualificação urbanística das cidades. Vila do Conde foi um dos 18 municípios a receber esta iniciativa.

Em Vila do Conde, a proposta refere-se à intervenção em 118 hectares que integra a Frente Atlântica e as margens do Rio Ave como essencial à operação de requalificação urbana. Na margem do Rio Ave limite do Centro Histórico a intervenção é complementar com outras acções existentes.

O Programa procura responder ao problema da qualidade do ambiente nos centros urbanos através de uma requalificação e valorização ambiental de iniciativa da Administração Central, em que os principais objectivos específicos são:

“Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;

Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multifuncionalidade desses centros;

Apoiar as outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa;

Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.”

Reconhece-se ainda os principais problemas das cidades contemporâneas como sendo:

³⁵ Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades aprovado por resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, de 15 de Maio

“Esvaziamento da função residencial dos centros históricos, que atravessam em muitos casos processos paralelos de “terciarização”, de desertificação, de abandono e degradação;
Processo acelerado de degradação de património edificado, em vastas zonas do “casco” urbano, nas periferias mais antigas e nos bairros sociais, associado à inexistência de estímulos de mercado à reabilitação urbana;
Intensificação das extensões suburbanas, muitas vezes realizadas de modo caótico, desprovidas, ou com deficiência, de infra-estruturas técnicas e sociais e com fracas condições de vivência humana;

Acções
Estudos de caracterização
Planos de Pormenor
Projectos e Obras Reperfilamento e Requalificação da Frente Atlântica Parque Urbano e Ligação à Frente Atlântica Beneficiação de Espaços Públicos na Margem Direita do Rio Ave Margem Esquerda do Rio Ave Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental Regeneração/Recomposição do Edificado

Quadro 5 – Lista das acções a desenvolver no POLIS

Planos de Pormenor
- o Plano de Pormenor da Frente de Mar de Caxinas, abrangendo uma área de 6,4 hectares, deverá ser um instrumento de garantia a integridade do património cultural edificado desta área, caracterizado como um bairro de pescadores com uma vivência própria e singular e uma localização junto ao mar;
- o Plano de Pormenor do Pinhal de Meneres, abrangendo uma área verde de aproximadamente 18 hectares em que se redefine os parâmetros urbanísticos que deverão reger a natural evolução e apetência para alterar o uso do solo.
- o Plano de Pormenor do Parque Urbano, integra o projecto do Parque Urbano de Caxinas e a proximidade do pólo escolar, em que se garante o desenho urbano da área adjacente permite uma leitura clara do percurso de ligação do Parque à Frente Atlântica, e em que se implica a alteração do uso do solo previsto no PDM, de equipamento para habitação ou uso misto;
- o Plano de Pormenor da Seca do Bacalhau, coordenado com a intervenção do Porto de Recreio, onde se define a ocupação do solo e os usos compatíveis com a proximidade com este, constituindo uma zona preferencialmente vocacionada para o lazer e para o desporto, constitui uma alteração do uso do solo definidos no PDM, de equipamento para comércio/restauração e afins e /ou uso misto;
- o Plano de Pormenor da Zona Ribeirinha Nascente, com uma área de intervenção pouco consolidada, com áreas em decadência por desactivação de antigas indústrias e armazéns, deverá contemplar o definido no PDM quanto à Reserva Ecológica Nacional e à Reserva Agrícola Nacional para as margens do Rio, e propor um uso alternativa para as áreas em transformação ou em decadência, sendo possível a alteração ao definido em PDM, que define a área da antiga indústria de oleaginosas como área de equipamentos.

Quadro 6 – Lista dos Planos de Pormenor a desenvolver no POLIS

Segmentação etária do espaço das Grande Lisboa e do Grande Porto, com os “centros” destas grandes áreas urbanas a envelhecerem acentuadamente, e as novas gerações a serem deslocadas para “coroas urbanas” cada vez mais distantes;

Crescente congestionamento do trânsito, associado, pelo menos em parte, ao crescimento dos movimentos pendulares habitação-emprego;

Degradação acelerada da paisagem urbana, com destaque para a escassez de espaços verdes e de espaços públicos, atrofiados pela dinâmica de construção compacta, ou desvirtuados pelo uso crescente do transporte privado;”

O programa Polis em Vila do Conde enquadra-se num percurso de modernização e qualificação urbana em que se destacam:

“As acessibilidades, indicadores inquestionáveis da qualidade de vida das metrópoles, razão que tem determinado a contínua melhoria de rede viária(...), humanizando os acessos à cidade e regulando o tráfego, com particular relevo a intervenção na Estrada Nacional 13, transformando-a numa via urbana cómoda e segura.

A qualificação urbana, que se baseia fundamentalmente na valorização e beneficiação dos espaços públicos, é em Vila do Conde uma aposta prioritária reconhecida pela aprovação da única candidatura portuguesa aprovada em 1997 nos “Projectos Pilotos Urbanos Europeus”, com o conjunto de obras “Rosa dos Ventos”. (...)

O ambiente e as preocupações ambientais são também uma prioridade da Câmara Municipal, onde as zonas verdes são um dos parâmetros que justificam a qualidade de vida dos vilacondenses.(...)”³⁶

A intervenção, um conjunto de acções de carácter infra-estrutural dispostas ao longo da frente marítima e zona ribeirinha pretende tratar o que se apresenta como um espaço que carece em tratamento de espaço público e de coesão entre as várias estruturas de fruição pública (passeios pedonais, praia, equipamento culturais, desportivos e de lazer) e que não é uma barreira pouco digna de transição cidade/mar.

³⁶ Programa Polis – Plano Estratégico de Vila do Conde, Programa Polis, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa, 2000



Fig. 33 – Fotografia do CMIA



Fig. 34 – Fotografia da Seca do Bacalhau



Fig. 36 – Fotografia do Parque Urbano



Fig. 37 – Fotografia do Parque Urbano

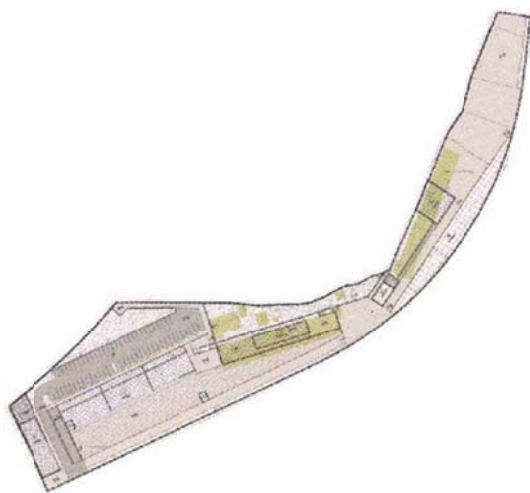


Fig. 35 – Planta do Plano de Pormenor da Seca do Bacalhau

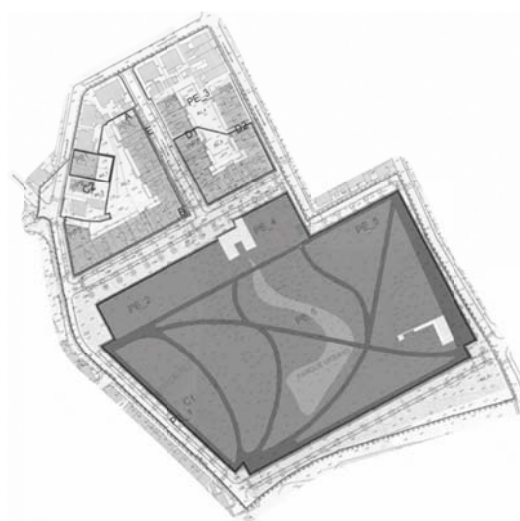


Fig. 38 – Planta do Plano de Pormenor do Parque Urbano

A Autarquia empenhou-se ainda em implementar uma rede de equipamentos sociais, culturais e de lazer, na valorização das infra-estruturas escolares, promovendo a recuperação de casas antigas degradadas por forma a preservar o património edificado característico da região.

Vila do Conde enquadra-se claramente nas características dos desígnios emblemáticos das “Cidades Verdes” e “Cidades do Conhecimento e do Entretenimento”, havendo algumas acções propostas identificadas nos conceitos de “Cidades Digitais” e das “Cidades Intergeracionais”³⁷.

No mesmo horizonte temporal ao Programa Polis a concretização de um porto de Recreio junto à foz do Rio Ave introduz um impacto na vivência local e um factor de indução a outras actividades lúdicas e culturais, integrado no Centro Histórico de Vila do Conde.

É objectivo também possibilitar a criação de oportunidades de intervir em áreas de tecido urbano desqualificado e pouco consolidado, regenerando estrutura edificada e espaço público que se compatibilize com a requalificação prevista para as zonas envolventes no âmbito da intervenção do Programa Polis, em que estas acções de regeneração suportarão a requalificação dos espaços públicos a si associados, onde se permite a participação de outras entidades públicas ou privadas.

³⁷ O Programa Polis centra-se em quatro desígnios emblemáticos

“Por Cidades Verdes entendem-se as cidades que não apenas resolveram os seus problemas de infra-estruturação ambiental básica (água, esgoto, resíduos), mas que também ousam atribuir ao ambiente um papel essencial no processo de requalificação urbana, nomeadamente através do reordenamento do trânsito e da criação de novas formas de mobilidade, de criação de espaços públicos de qualidade, da valorização de “âncoras” ambientais como linhas de água ou frentes de mar. Das cidades verdes exige-se também que caminhem no sentido de uma gestão ambiental exemplar, inserida numa estratégia de sustentabilidade e que minimize aquilo que hoje se designa por “pegada ecológica”.

Por Cidades Digitais entendem-se as que não dispõem apenas de bons serviços de comunicação digital, mas em que se fomenta também a cultura da sua utilização para todos os fins, nomeadamente comerciais, escolares, culturais, lúdicos, e de participação cívica. Abre-se assim caminho para favorecer a sua inserção, e a inserção dos seus cidadãos, num espaço mais “desterritorizado” e mais consentâneo como os novos desafios das sociedades contemporâneas.

Por Cidades do Conhecimento e do entretenimento entendem-se cidades dotadas de infra-estruturas científicas e tecnológicas, de espaços culturais e de aprendizagem artística, de infra-estruturas de diversão, para além de estabelecimentos de ensino a todos os níveis capazes de atrair, formar e fixar uma população jovem e apetrechada para dar um novo fôlego à vida económica e cultural das cidades portuguesas. O conhecimento e o entretenimento estão nas fronteiras de uma nova economia em que as cidades portuguesas têm de se posicionar como pólos de criação e aglutinação.

Por Cidades Intergeracionais entendem-se as cidades que têm a preocupação de evitar a segmentação espacial do tecido urbano por grupos etários ou sociais, recentrando a vida da urbe, atribuindo novas funcionalidades aos centros históricos, e promovendo a requalificação urbana e a reabilitação habitacional dos “cascos históricos” de forma a reabri-los às novas gerações. A riqueza e diversidade da vida urbana precisa basear-se no “interclassismo”, no “interculturalismo” e na “intergeracionalidade” de forma a promover a coexistência e o entrosamento de diferentes estilos de vida no espaço urbano.” Relatório de Março/2000 pelo Grupo de Trabalho criado pelo Despacho nº 47/MAOT/99.



Fig. 39 – Fotografia do Parque Atlântico



Fig. 40 – Fotografia do Parque Atlântico



Fig. 41 – Fotografia do Parque Atlântico



Planta Geral

Fig. 42 – Planta do Parque Atlântico

Resultado

As obras concluídas incluem o Parque Urbano João Paulo II, a Requalificação da Marginal e o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental – CMIA.

A Sociedade Polis Vila do Conde foi extinta em 2011, em Acordo, passando todo o seu património a pertencer ao Município, aumentando o seu activo patrimonial.

O Parque Urbano foi inaugurado em 30 de Abril de 2005. Da autoria do Arquitecto Siza Vieira, em colaboração com o Arquitecto Paisagista João Gomes da Silva. O parque conta com uma área de 30.000 m², incluindo 2.000 m² de lago artificial. Existe ainda um centro de actividades, que conta com Mediateca, Oficina de Trabalhos Manuais e Sala de Informática e ainda um bar com esplanada.

O Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, CMIA, concluído em 2005, pretende desenvolver acções de sensibilização ambiental, promovendo a construção de uma base de dados com a informação sobre a qualidade ambiental a nível local.

As obras da Frente Atlântica concluíram-se em 2006, que inclui o reperfilamento e requalificação da frente atlântica, com a criação de uma ciclovia, a uniformização e reordenamento das estruturas de apoio á praia. Criou-se novas zonas de estacionamento, e novos acessos às praias e a recuperação das dunas. Dos equipamentos previstos junto às dunas foi construído somente o Bar, inaugurado em 2009.

O Plano de Pormenor da Seca do Bacalhau altera o regime de construção possível para a zona, tornando possível a construção de espaços comerciais, restauração e lazer. Estes mesmos equipamentos serão de iniciativa privada, e após várias tentativas de promoção do local pela Autarquia, ainda não existe qualquer equipamento no sítio.

Acções	Descrição
M1	Infra-estruturas físicas e ambientais Parque Urbano de Caxinas (1ª fase) Parque de Desporto e Lazer Arranjo dos espaços públicos centrais
M2	Criação de actividades Económicas Montagem e funcionamento do GAEE (Gabinete de Apoio às Actividades Económicas) Estudo de oportunidades e condições de desenvolvimento empresarial
M3	Formação Profissional e Criação de Emprego Estudo da evolução do mercado de emprego local Projecto Piloto de formação ambiental Acções de formação profissional e oportunidades de emprego
M4	Equipamentos sociais Centro de Actividades Reequipamento do Centro Paroquial ATL e Creche Edifício de educação pré-escolar e salas de actividades sócio-educativas
M5	Dinamização Local Programa de Animação dos investimentos nos espaços públicos centrais Programa de apoio a projectos escola-meio Programa de apoio à inserção de grupos mais vulneráveis
M6	Gestão e Assistência Técnica

Quadro 7 – Lista das acções a desenvolver no PRU

Programas	Articulação com outros programas
PPU	Articulação com um conjunto coerente de políticas: O Plano Director Municipal O Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Núcleo Antigo de Vila do Conde/Azurara O Projecto de Reabilitação Urbana de Caxinas O PROCOM O SIDVA – Sistema O POOC
PRAUD	O Projecto-Piloto Urbano O PROCOM A Operação Norte Articulação através de contratos-programa como o centro de emprego
PRU	O Estudo sócio-económico da Área Metropolitana do Porto O Plano Director Municipal As Políticas de qualificação urbanística e de reforço de equipamentos colectivos para a cidade de Vila do Conde O Plano de Urbanização O Plano de Actividades da Câmara Municipal para 1995 Outros programas: PRONORTE, PER, Programa de Renovação Urbana, programas de assistência social, Deficiência Abordagem Integrada
POLIS	O PDM através da elaboração dos Planos de Pormenor O Projecto-Piloto Urbano O Projecto do Porto de Recreio As Intervenções complementares e paralelas a este Programa através da mobilização de diversas entidades públicas e privadas.

Quadro 8 – Articulação dos programas de intervenção

3.2.4 - Outros Programas

O Programa de Reabilitação Urbana³⁸, promove o apoio através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, de operações de revitalização e requalificação de áreas urbanas com problemas de natureza sócio-urbanística. O PRU tem como objectivo apoiar a revitalização e a requalificação de áreas urbanas com sinais de depressão e degradação, problemas de declínio económico e urbano, desemprego e deterioração da qualidade de vida. Vila do Conde foi um dos 11 projectos apoiados em Portugal.

A área de intervenção, com cerca de 1,3 km², localiza-se em Caxinas e Poça da Barca, freguesia de Vila do Conde, sendo considerado o maior núcleo piscatório do país, e com uma taxa de densidade populacional elevada em relação à média da freguesia ou concelho.

O objectivo da intervenção é o de qualificar o tecido sócio-urbano de Caxinas, de modo a favorecer a sua inserção na cidade e envolvência, consolidando o contínuo urbano entre os concelhos da Póvoa de Varzim e Vila do Conde.

O projecto assentou no estabelecimento de parcerias, formais e informais que privilegiaram as áreas da educação, acção social, animação lúdico-pedagógica e emprego. A intervenção a nível físico iniciou-se com os Arranjos Públicos Centrais, que contemplaram intervenções de reestruturação física do território, incluindo reabilitação de ruas com o arranjo de passeios, estacionamento, infraestruturas de iluminação pública, drenagem de águas pluviais e mobiliário urbano. Reabilitou-se ainda uma fábrica, Praia-Mar, para um Equipamento de Desporto e Lazer. Articulou-se ainda com o Programa Polis, onde foi responsável pela 1ª fase do projecto do Parque Urbano e pelo Centro de Actividades. A nível sócio-educativo construiu-se ainda uma creche e ATL e um Edifício Pré-Escolar.

³⁸ Programa apoiado pela União Europeia, lançado em 1997 assente na disponibilidade financeira do III Quadro de Apoio Comunitário.

Programas	Âmbito Territorial	Objectivos/Estratégias
PPU	Frente ribeirinha, a maior parte abandonada pelos estaleiros de construção naval.	As acções são elementos-chaves para a valorização da Zona Histórica e por, da cidade, no seu conjunto.
PRAUD	Arruamentos localizados no núcleo urbano mais antigo	Intervenção em espaço público como elemento fundamental de requalificação de áreas urbanas degradadas.
PRU	Caxinas e Poça da Barca – núcleo piscatório que faz parte integrante da freguesia de Vila do Conde	Intervenção em sectores em situação de fragilização social e pobreza
POLIS	Área de aproximadamente 118 hectares, integrando toda a Frente Atlântica da cidade e as margens do rio Ave.	Revitalização de Vila do Conde como Centro Urbano, com um papel relevante na estruturação do Sistema Urbano Nacional, promovendo a sua multifuncionalidade e criando condições de novas centralidades. Reabilitação da relação da cidade com o mar e o rio.

Quadro 9 – Âmbito territorial dos programas

O PROCOM – Sistema de Incentivos ao Comércio é um Projecto de Urbanismo Comercial, incluindo obras de interiores e exteriores em estabelecimentos comerciais, aquisição de equipamento informático, divulgação publicitária, promoção de novos negócios, animação cultural e comercial, melhoria de arruamentos e espaços públicos, sinalética e mobiliário urbano. Este projecto incide na área do núcleo histórico ou espaços contíguos, incluindo áreas de intervenção. Em parceria com este projecto está a Câmara Municipal, A ACIVC – Associação Comercial e Industrial de Vila do Conde e os comerciantes localizados nas zonas objecto de intervenção.

O SIVDA – Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave resolve a médio prazo o problema ambiental da poluição do Rio Ave. Aliando-se aos objectivos de requalificação ambiental de outros programas.

O POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira, em articulação com as autarquias e planos locais pretende ordenar o uso do solo na faixa litoral, e complementa as acções de qualificação da frente de mar da cidade de Vila do Conde.

A cidade de Vila do Conde tem-se revelado eficiente na organização em torno das próprias características e vocações como “naquele que constitui em dos seus principais trunfos: a sua memória histórica ainda bem presente na arquitectura da cidade e nos restos de uma actividade de construção naval e de comércio marítimo que outrora foi florescente na época das Descobertas”³⁹, em que aproveitou os programas de intervenção privilegiando os aspectos mais competitivos e a possibilidade de acções de marketing urbano, em que as acções concentram-se no melhoramento da imagem externa, no acesso aos financiamentos comunitários e nacionais e na criação de contínuas ocasiões de desenvolvimento.

A cidade implementou alguns projectos de requalificação do núcleo histórico concentrando-lhe novas actividades e serviços, em que soube transformar as potencialidades em desenvolvimento concreto; não só através da exploração da sua localização, mas também através da capacidade de explorar os estímulos globais através da concertação dos actores.

³⁹ Relatório da Candidatura ao PPU

Programas	Investimento	Financiamento
PPU	Será investido o montante global de cerca de 5.066,9 (Ecus), dos quais 2.067,3 (Ecus) constituirão investimento da Autarquia e 2.999,6 (Ecus) são comparticipados pelo FERES de acordo com o artigo 10º dos PPU's.	59,2 % das acções comparticipadas pelo FEDER (PPU – art. 10º) 40,8% será suportado por comparticipação Nacional através da Câmara Municipal de Vila do Conde
PRAUD	Para estas acções de reabilitação e requalificação de espaços públicos será investido um montante global de cerca de 930.106.125 escudos, dos quais cerca de 105.284.142 escudos constituirão investimento do PRAUD.	O apoio financeiro a atribuir pelo PRAUD consiste numa comparticipação a fundo perdido até ao limite de 25% dos encargos a assumir pelo município com a operação, de acordo com a proposta da câmara municipal que tenha merecido concordância da DGOT. Salienta-se que a comparticipação no âmbito do PRAUD não é impeditiva do recurso pela câmara municipal a outros programas ou formas de financiamento, desde que alheios à DGOT.
PRU	Será realizado um investimento de 938.178.967 escudos.	Para o Programa de Reabilitação Urbana, de acordo como o que está consignado nos contratos celebrados entre o Branco Europeu de Investimentos (BEI) e a república Portuguesa e a Caixa Geral de Depósitos (CGD), é concedido, a este programa, um financiamento a fundo perdido e um crédito bonificado, através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu.
POLIS	Será investido um montante global de cerca de 6.4 milhões de contos, dos quais cerca de 650 + 90 mil contos constituirão investimento da Autarquia. Em termos globais, o investimento previsto, integrando não só as intervenções apoiadas directamente pelo Programa Polis, é de cerca de 13,2 milhões de contos.	10% do financiamento pertence à Câmara Municipal. 15% são fundos nacionais; 75% são fundos comunitários essencialmente do FEDER.

Quadro 10 – Fundos dos programas

A necessidade de valorizar uma identidade para a cidade através da valorização das suas características, em que se está a reforçar e a confirmar a vontade de garantir uma imagem atraente e de atrair recursos e organizar os existentes, em que se reafirma a própria identidade através de uma nova imagem, a cidade património⁴⁰, apoiada por um conjunto de acções e iniciativas que têm efeito a nível local e global.

Através da capacidade de explorar a oportunidade dada pela União Europeia a nível local, os sujeitos envolvidos mostraram também uma capacidade de organizar de modo rápido e de agir a curto prazo para melhor explorar a oportunidade oferecida pela utilização dos Fundos Estruturais, organizando eventos que constituíram uma ocasião para mobilizar os sujeitos locais, públicos e privados, em torno de projectos concretos de desenvolvimento da cidade: a requalificação do núcleo histórico, e em que algumas acções ultrapassaram a simples requalificação para procurar resolver problemas que dizem respeito ao tecido urbano, às funções urbanas, à identidade do meio local.

O Caso de Vila do Conde pode ser entendido como uma experiência piloto, no qual a cidade realizou o seu próprio projecto, em que se demonstrou uma vontade de inter-conexão do sistema local com os vários níveis institucionais, através de uma procura de acções e projectos voltados para o desenvolvimento local.

Verifica-se ainda a relação entre programas como o PRAUD e PROCOM, em que as transformações dos espaços comerciais se aproximam com as transformações dos espaços envolvente, contribuindo também para a dinamização do Centro Histórico de Vila do Conde, com a instalação de novas actividades comerciais, serviços e novos residentes, factos que estimulam à recuperação de edifícios.

⁴⁰ "... onde o desenvolvimento não apagou as marcas que a pesca e a agricultura deixaram na fisionomia do lugar e na sua história" e cujo "núcleo quinhentista a transformou em autêntica relíquia do património arquitectónico" (brochuras da Câmara Municipal de Vila do Conde)

4. Intervenção Arquitectónica

4.1. Noções de património

O conceito de Património vem-se reformulando desde a sua origem, em que *património* representava apenas as propriedades transmitidas hereditariamente. Com o acréscimo de palavras como *histórico*, *arquitectónico*, *edificado* vai adquirindo outras conotações que se modificam ao longo do tempo.

O Património Histórico engloba valores arquitectónicos que devem ser salvaguardados para gerações futuras. *“A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos”*⁴¹. A expressão foi posteriormente alargada, onde se anexou todas as formas de arte de edificar, eruditas e populares, urbanas e rurais e todas as categorias de edifícios públicos e privados, através da criação de novas denominações: *arquitectura menor*, expressão que designa as construções privadas não monumentais; *arquitectura vernacular*, expressão originária da Inglaterra, distingue edifícios característicos de diversos territórios; *arquitectura industrial*, de fábricas, estações, altos-fornos, reconhecida inicialmente em Inglaterra e posteriormente em França.

Ruskin enriquece o conceito de monumento histórico, em que inclui “conjuntos urbanos” na mesma categoria de edifícios individuais, como herança histórica a preservar, presente na continuidade do tecido formado por edificações habitacionais. É posteriormente seguido por Gustavo Giovannoni, em que o conceito de arquitectura menor engloba e ultrapassa o conceito de arquitectura doméstica, e em que o conjunto urbano antigo denomina um novo monumento *“A cidade histórica constitui em si um monumento, quer pela sua estrutura topográfica, quer pelo seu aspecto paisagístico, quer ainda pelo carácter das suas vias e pelo conjunto dos seus edifícios maiores e menores”*⁴².

⁴¹ CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70, 2000. op. cit. p.11

⁴² GIOVANNONI, Gustavo, *Vecchie città ed edilizia nuova*, Turim, Unione Tipografico-editrice, 1931, op.cit. p. 140.

A Carta de Veneza⁴³ define que *“a noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquirem como o tempo um significado cultural”*. A Convenção⁴⁴ da UNESCO de 1972 vem ainda especificar as definições do património, dividido entre património cultural com as definições de monumentos conjuntos e locais de interesse, e património natural⁴⁵. Seguidamente, o conceito de património arquitectónico definido na Carta Europeia do Património Arquitectónico segue os princípios que *“(…O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural construído. (…) A encarnação do passado no património arquitectónico constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desabrochar do homem. (…) O património arquitectónico é um capital espiritual e cultural, económico e social de valor insubstituível. (…) A estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades. (…) O património arquitectónico tem um valor educativo determinante.”*⁴⁶, havendo uma evolução coerente dos diversos conceitos e abrangendo progressivamente um maior número de países membros.

⁴³ Carta de Veneza, Sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios, Veneza, Maio de 1964, IIº Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos.

⁴⁴ Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, Paris, 1972, Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

⁴⁵ “1- Definições do património cultural e natural. Artigo 1.º - Para fins da presente convenção serão considerados como património cultural: *Os monumentos*. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; *Os conjuntos*. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; *Os locais de interesse*. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2.º - Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural: Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.” Ibidem.

⁴⁶ Carta Europeia do Património Arquitectónico, Amsterdão, Outubro de 1975, Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu

4.2 Intervenção em património

Os princípios de conservação consolidaram-se em França, motivado pelas ideias do Iluminismo, acompanhando a Revolução Francesa e de modo a impedir a vandalização, degradação e desaparecimento de monumentos históricos. A Convenção Nacional Francesa, de 1794, promulgou em decreto que declarava *“Os cidadãos são os depositários de um bem, do qual a Comunidade tem direito a pedir contas. Os bárbaros e os escravos detestam as ciências e não respeitam as obras de arte. Os homens livres as amam e conservam”*, com o qual se inicia a discussão sobre a metodologia de conservação e restauro, que se adota também no resto da Europa, de onde resultam diferentes teorias e práticas consoante os responsáveis nacionais, com o objectivo comum da protecção do monumento.

Em Itália surge o *Restauro Arqueológico*, a primeira nação a proteger os monumentos *in loco*⁴⁷, em que estruturas romanas foram restauradas após escavações arqueológicas, segundo critérios restritos de reintegração e consolidação.

Em Inglaterra as Associações de Antiquários protegiam os monumentos em resposta ao vandalismo ocorrido na Reforma Luterana, em que os edifícios medievais eram vistos como “obras vivas da nação” e a sua destruição interpretada como desperdício e afronta ao nacionalismo.

É no entanto em França onde originaram os princípios e as instituições de conservação, mas em que arquitectos não preparados provocaram deturpações e intervenções destrutivas em edificações medievais, em que a formação clássica derivou em reinterpretações de assimetrias e irregularidades, resultando em demolições e reconstruções arbitrárias. Viollet-Le-Duc (1814-1879) institui outro processo de restauração, que propõe a utilização de elementos idênticos aos originais e na inexistência de informações, a utilização de elementos considerados coerentes com o estilo da construção, resultando numa restauração como reconstituição da forma original. “Restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento”⁴⁸

⁴⁷ CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70, 2000.

⁴⁸ VIOLLET-LE-DUC, Eugène, *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle*, “Restauration - Restaurer un édifice, ce n'est pas l'entretenir, le réparer ou le refaire, c'est le rétablir dans un état complet qui peut n'avoir jamais existé à un moment donné”

A recusa à imitação do antigo, *"Pode, deliberadamente, imaginar-se e construir sobre o papel formas que os acasos da história produziram ao longo dos séculos? Poderia gozar-se verdadeiramente dessa ingenuidade fingida, desse natural artificial? Seguramente que não. As alegrias serenas da infância são recusadas numa época que já não constrói espontaneamente"*⁴⁹, mas retira também qualquer protagonismo das cidades do passado, excepto a sua beleza estética, resultando na museologização dos centros antigos.

G. Giovannoni concede tanto um valor utilitário como museológico aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os na concepção geral da organização territorial. Através da mudança de escala de intervenção e de um novo modo de conservação de conjuntos antigos, aparece pela primeira vez o conceito de "património urbano" como um elemento integrante da doutrina da urbanização. Através da ideia de sociedade multipolar que funciona em várias escalas através da criação de uma nova identidade espacial para os centros e bairros históricos como unidades de vida quotidiana. A sua valorização através dos valores artísticos, históricos e pedagógicos, integra-os na doutrina de conservação de património urbano, assente no princípio da cidade histórica constituir em si um monumento ao mesmo tempo sendo um organismo vivo "como um organismo estético", que resulta em três princípios: qualquer fragmento urbano antigo deve ser integrado em planos reguladores a diversas escalas (local, regional e territorial) e articulado com redes primárias de organização, dando-lhe valor utilitário e deve "manter o carácter social da população"; a definição de conceito de monumento histórico alargado além dos limites físicos do edifício, mas englobando a envolvente, o diálogo entre a "arquitectura maior" e o que o rodeia e; a transposição dos procedimentos de preservação e de restauro definidos por Boito para os monumentos para a dimensão de fragmentos e centros urbanos, que respeitem a escala e morfologia.⁵⁰

As diversas cartas existentes, e que se complementam, clarificam os termos e conceitos relacionados com a intervenção em património.

⁴⁹ SITTE, C; *Der Städtebau nach seinem Künstlerischen Grundsätzen*; Graeser, Viena, 1996. p. 119

⁵⁰ "A reabilitação dos bairros antigos obtém-se, sobretudo, mais a partir do interior do que do exterior das ilhotas, em especial ao restabelecer casas e ilhotas em condições tão próximas das condições originais quanto possível, já que a habitação tem a sua ordem, a sua lógica, a sua higiene e a sua dignidade próprias" GIOVANNONI, G. *Vecchie Città ed edilizia nuova*, Turim, Unione tipograficoeditrice, 1931. p. 252

A Conservação é descrita como uma operação que impõe a manutenção do património, em que *“significa todos os processos de prestação de cuidados a um sítio por forma a que ele retenha o seu significado cultural”* em que o significado cultural compreende o valor estético, histórico, científico ou espiritual.

A Manutenção é uma intervenção que implica o cuidado contínuo de protecção do edifício, e *“significa os cuidados contínuos para a protecção da fábrica e da envolvente de um sítio, e deve ser distinguida da reparação. A reparação envolve restauro ou reconstrução”* mantendo-se o edifício no estado existente e retardando-se a deterioração.

O Restauro é uma operação de restituição do património a um estado anteriormente conhecido e *“destina-se a conservar e revelar os valores estéticos do monumento e baseia-se no respeito pelos materiais originais e em documentos autênticos. O restauro para onde começa a hipótese”* e é uma intervenção radical que inicia discussões sobre o problema da autenticidade histórica inerente ao património.

A Reconstrução é uma operação de reedificação de totalidade ou parcialidade de um edifício, significa devolver a um sítio um estado anteriormente conhecido. Engloba os conceitos de cópia, reconstituição e anástilose⁵¹. Diferencia-se do Restauro por introduzir elementos novos ao edifício existente.

A Reabilitação é a prática que permite tornar um edifício hábil a funcionar, que pode compreender reutilizações, reconversões e remodelações e que lhes permita satisfazer necessidades actuais, diferentes das suas funções originais.

No contexto português existe uma discussão constante sobre os vários tipos de intervenção em património e qual a sua adequabilidade à realidade contemporânea. Questiona-se também em que meio é que se deve desenvolver a discussão do tema, e se no meio profissional e legislativo já se designa objectos, sítios e bairros como monumentos ou “centros históricos” a salvaguardar, no meio académico ainda é a formação deste tema requer o arbítrio do estudante, em que *“o ensino da História da Arquitectura, uma disciplina fulcral para a prática e conservação e que se mantém como matéria basilar na maioria dos cursos, mas falta ainda a*

⁵¹ Cópia, significa a réplica exacta do edifício; Reconstituição, significa a reprodução formal sem a base de um modelo certo; Anástilose, significa a reconstrução usando elementos originais, que por vezes estão desagregados do edifício.

necessária obrigatoriedade de disciplinas como Teoria da Conservação (ou do Restauro)”⁵² existindo ainda a falta de “trabalhos de sistematização dos novos (ou antigos) conhecimentos e das (novas ou antigas) possibilidades tecnológicas de reparação e restauro das edificações antigas, ou de proceder a tratamentos (...) em materiais históricos, etc. O adquirir de saberes básicos neste domínio só se consegue hoje pela longa experiência em obra (e tantos erros), ou com a, mais prudente, procura de (parcos) cursos avançados disponíveis.”⁵³ Algo que contrasta com alguns países Europeus, como o caso de Itália.

No entanto, existem ainda dúvidas e incertezas quanto ao posicionamento disciplinar mais adequado para a condução de intervenções de conservação ou reabilitação, principalmente quando estas se localizam em centros históricos.

Na ideologia conservacionista entra ainda a questão da temporalidade, e no campo da museografia, ao tentar-se estabelecer um contínuo com o passado, a conservação trabalha sobre um processo de cristalização do edifício, em que se lhe altera o seu significado, em que *“todo o objecto submetido à museografia muda de estatuto: desinserido de uma estrutura simbólica onde desempenhava um papel activo, ele perde o essencial das suas significações anteriores para integrar um dispositivo onde se limita a cumprir determinadas funções”⁵⁴* e em que conservar a ruína implica a imposição de uma rigidez de sentidos. A razão da conservação é preservar e transmitir o que resta da memória colectiva e preservar a identidade passadas e presentes.

A definição da orientação das políticas de regeneração urbana altera-se perante diversas cidades e atitudes de consideração do território. O conceito de “turismo urbano”, em que o público são os turistas ou visitantes de passagem valorizam a cidade pelo seu cenário, em que o significado de conservação do centro histórico passa pela manutenção e melhoramento da imagem urbana, com intervenções de embelezamento e com o aumento dos níveis de conforto e segurança, seguindo o modelo de museificação da cidade, com a associação entre locais e temas e sacralização de todos os elementos patrimoniais. A cidade é gerida como uma

⁵² Aguiar, José; *Memória, Cidade e Projecto – Questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano*, In I Congresso da Ordem dos Arquitectos, Évora, 2000.

⁵³ Aguiar, José; *Memória, Cidade e Projecto – Questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano*, In I Congresso da Ordem dos Arquitectos, Évora, 2000.

⁵⁴ GUILLAUME, Marc; *A Política do Património*, Porto, Campo de Letras, 2003.

sala de espetáculos e que altera continuamente as suas atracções⁵⁵. A sociedade moderna e actual difere da anterior, em que valências como cultura, turismo e lazer apresentam-se como “produtos de consumo”, relacionado com status social, generalização de meios de transporte e do prestígio de “viagens”⁵⁶. Verificou-se posteriormente que este tipo de atitude poderá levar à transformação da cidade numa réplica de si mesma, desistorizada, desabitada e mercantilizada e vazia de vida local, resultando em “centros históricos fantasmas” turistificados, com soluções intencionadas a agradar o visitante.⁵⁷

O modelo contraposto, valorizado pelos residentes da cidade, é o modelo de cidade contemporânea, com oferta de emprego, acesso a bens e serviços e que permita a reconstrução e reabilitação do património a adaptar-se às necessidades actuais, prolongando-se a função primária de residência do tecido histórico. À valorização da apropriação dos espaços pelos habitantes da cidade, no modo como estes estabelecem relações afectivas é necessário o cruzamento com a produção da cidade contemporânea, em que conservar é reutilizar e manter a cidade viva, onde se encontre formas adequadas à actualidade e permita a expressão da modernidade.

A alteração do paradigma modifica a valorização do centro histórico, em que deixa de ser um campo sujeito a uma redoma do tempo mas sim um recurso em que os seus lugares valorizam num localismo cheio de potencialidades. Através de novas actividades, que ultrapassam o “turismo tradicional”, os centros históricos adquirem novas forças nas economias locais e urbanas, destacando-se o fomento aos “ambientes culturais” aliado à importância do desenvolvimento do conhecimento, havendo estratégias de “regeneração conduzida pela cultura”.

O problema reside na relação entre os valores absolutos a preservar no edificado e as funções/actividades necessárias ao utilitário da cidade, em que a reutilização patrimonial deve garantir a continuidade dos valores culturais, conservando ao mesmo tempo os materiais do edifício, numa altura de mudança cultural.

⁵⁵ HALL, Peter; *Cities of Tomorrow*, Blackwell, 2002.

⁵⁶ JORGE, Vítor Oliveira; *Preâmbulo*, In *Conservar para quê?* Coord, Vítor Oliveira Jorge, Porto, FLUP, 2005

⁵⁷ FERNANDES, José; *Reabilitação de Centros Históricos e Reutilização da Cidade: O Caso de Porto-Gaia*, in *Conservar para quê?* Coord, Vítor Oliveira Jorge, Porto, FLUP, 2005

A manutenção da memória colectiva e a preservação da imagem da cidade, levaram a que em muitos edifícios que não se adequavam às necessidades actuais recorressem a intervenções designadas fachadismo, que suprimem a ligação entre espaço interior e exterior, em que se substitui toda a edificação interior dos lotes e logradouros, mantendo-se unicamente a fachada inalterada. Este modelo permite a actualização do parque edificado, baseado na *“demolição sistemática do interior dos edifícios antigos, substituindo-o por nova construção, com profundas mudanças tipológicas, volumétricas, estruturais e construtivas, preservando as antigas fachadas de forma acrítica, ou reconstruindo-as de acordo com imitações forçadas das originais”*⁵⁸.

Os tipos de actividade e denominações de intervenções vêm descritos no Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação - RJUE⁵⁹ do seguinte modo:

“«Obras de reconstrução sem preservação das fachadas» as obras de construção subsequentes à demolição total ou parcial de uma edificação existente, das quais resulte a reconstituição da estrutura das fachadas, da cércea e do número de pisos;

Obras de alteração» as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cércea;

Obras de conservação» as obras destinadas a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza;

Obras de reconstrução com preservação das fachadas » as obras de construção subsequentes à demolição de parte de uma edificação existente, preservando as fachadas principais com todos os seus elementos não dissonantes e das quais não resulte edificação com cércea superior à das edificações confinantes mais elevadas;”

A lei é bastante permissiva e permite diferentes abordagens em relação ao património, que são posteriormente limitadas por partes de entidades públicas, como o exemplo o IGESPAR ou governo local. A intervenção depende primariamente do estado de conservação, mas também do programa, arquitectos e valores financeiros.

⁵⁸ AGUIAR, José; *Cor e Cidade Histórica: estudos cromáticos e conservação do património*, Porto, FAUP, 2002.. p.127

⁵⁹ Lei nº. 60/2007 de 4 de Setembro

4.3 Intervenção em Património em Vila do Conde

A cidade de Vila do Conde além de ter sido alvo de diversas intervenções à escala do desenho urbano, também viu alguns dos seus edifícios mais emblemáticos sujeitos a intervenção de natureza diversos, passando pelo restauro a adaptação a novos usos, como reconstrução de edifícios com valor histórico.

Várias destas intervenções estiveram a cargo do Gabinete do Centro Histórico, actualmente instalado no Convento do Carmo, gabinete dotado de corpo técnico que integra as diferentes especialidades de arquitectura, topografia e engenharia, permitindo elaborar, lançar a concurso e acompanhar as obras até à sua conclusão. Esta situação permite a coerência entre as diversas obras, resultando numa imagem de cidade coesa.

Algumas das obras mais significativas e aqui estudadas são; o Solar dos Vasconcelos (Auditório Municipal), Solar de São Roque (Livraria Municipal, Galeria de Arte Cinemática e Residência de Estudantes), Centro de Memória (Museu e Arquivo Municipal), Casa Museu José Régio e Centro de Estudos Regionais, Teatro Municipal e Casa Antero de Quental..

A Autarquia de Vila do Conde apostou numa estratégia de preservação e manutenção para o património de Vila do Conde desde 1984, com a criação da Comissão de Defesa do Património, que emitia pareceres sobre os projectos em fase de licenciamento e também sobre questões urbanísticas e culturais. Com a reorganização dos Serviços Técnicos criou-se um corpo técnico especializado no Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara.

Numa primeira fase elaborou-se o Regulamento para as Intervenções no Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara e realizou-se estudos urbanísticos em zonas envolventes ao Centro Histórico, de modo a impedir a emergência de edifícios descontextualizados e que pudessem comprometer a imagem da cidade.

Numa segunda fase realizou-se a recuperação de imóveis em ruína para a instalação de equipamentos culturais. A esta fase reportam-se as intervenções nos Paços do Concelho, Convento do Carmo e no Solar de Vasconcelos, e onde se pretende estruturar um conjunto de equipamentos onde agentes culturais, por vezes em parceria com a Câmara Municipal, desenvolvam actividades através de oportunidades criadas para novos agentes e programadores culturais.

Numa terceira fase existe um processo de intervenção em espaço público, dos quais se destaca os arruamentos do Centro Histórico, em que “Compromete-se (...) a Câmara Municipal a dar um exemplar tratamento dos espaços públicos exteriores (ruas, largos, jardins, praças) por forma a garantir a desejável urbanidade do Núcleo Antigo.”⁶⁰

Merece ainda salientar que *“a política para os centros históricos deve, sem trair a memória dos lugares ou reduzir o património edificado a um simples cenário ou ex-libris turístico da cidade, conter um desafio mais ambicioso: o da definição de uma estratégia que contextualize a intervenção no centro histórico como uma oportunidade de transformação e de qualificação da cidade no seu conjunto”*⁶¹ pretendendo-se ainda contribuir para um reforço da identidade do lugar, activando-se um conjunto de potencialidades territoriais com cargas identitárias através da recuperação de espaços existentes e degradados, actualmente relacionados com espaços de lazer, restauração e comércio. A intervenção actual na cidade histórica favorece a conservação face à substituição, em que a par da recuperação se recorre por vezes á arquitectura contemporânea.

O processo de valorização e transformação evidencia-se também na manutenção e criação de espaços de cafés, restaurantes e esplanadas, existindo ainda em Vila do Conde o aparecimento de espaços de alojamento temporário. Neste processo existe também o risco da monofuncionalidade, aumento dos custos e serviços e a não coadunação entre os residentes e utilizadores esporádicos. Um exemplo deste processo é a envolvente á Praça José Régio, localizada perto do Rio Ave e do Auditório Municipal, em que através da oferta de estacionamento subterrâneo e uma área pedonal se viu a proliferação de cafés e restaurantes, sendo um espaço dedicado ao lazer e vida nocturna e eventos sociais.

Todo este processo visa ainda a incentivar o investimento privado e promover a recuperação do edificado habitacional, e preservar a permanência de residentes no Centro Histórico. A intervenção no edificado habitacional privilegia o capital privado, onde existe igualmente a hipótese, a par de outras cidades, de se ocasionar a tomada do centro da cidade por pessoas

⁶⁰ Regulamento para as Intervenções no Perímetro Do Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara

⁶¹ Candidatura “Viagem à Rosa dos Ventos” ao PPU, elaborada por Álvaro Domingues, Amélia Polónia, Rui Azevedo, (Quatenaire Portugal) em colaboração com a Câmara Municipal de Vila do Conde, 1997.

com mais elevado poder de compra, num “novo elitismo na cidade central”⁶², onde se deve ainda evitar uma ruptura com o “ambiente local”⁶³ ou o desequilíbrio de dinâmicas sociais. Este processo desenvolve-se ainda numa escala modesta, onde se pretende intervenções ligeiras e constantes, em que se valorize a continuidade da identidade com o território e não sobreposição da afirmação do projecto. Na freguesia de Vila do Conde, 87 % dos edifícios são de uso exclusivamente residencial, havendo menos de 1% da totalidade dos edifícios de carácter principalmente não residencial⁶⁴.

Da cidade de Vila do Conde pode-se ainda afirmar a existência de uma orientação estruturada e regulada para o centro histórico por parte do município, e a estabilidade entre a resposta aos desejos dos habitantes e dos visitantes, orientando-se para a preservação dos lugares e da história, identidade e memória, conseguindo adaptá-los aos tempos modernos e necessidades actuais.

Os exemplos seguintes mencionados foram levados a efeito pelo Departamento de Estudos e Projectos da Câmara Municipal de Vila do Conde, dirigido pelo Arq. Manuel Maia Gomes.

⁶² DUPUY, Gabriel; *L'auto et la ville*; Flammarion, Evry, 1995.

⁶³ Ambiente local caracterizado pelos usos e habitantes existentes.

⁶⁴ Resultados provisórios de Censos 2011



Fig. 43 – Planta de Implantação do Solar dos Vasconcelos/Auditório Municipal



Fig. 44 – Fachada Principal em 1978

4.3.1 Solar dos Vasconcelos – Auditório Municipal

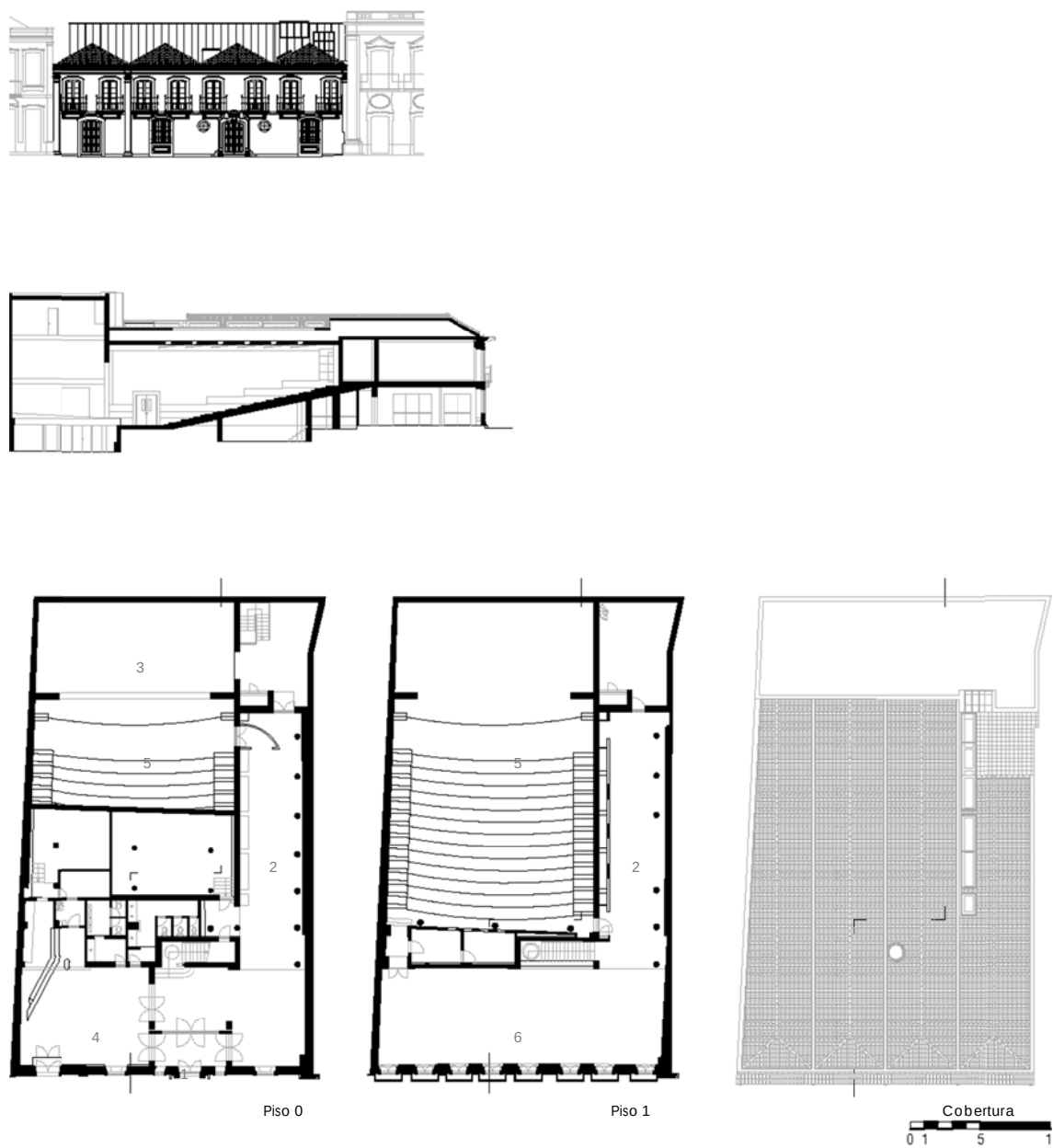
O Solar dos Vasconcelos, classificado como imóvel de Interesse Público⁶⁵ em 1977, situa-se na Praça da República, praça esta que resulta de em aterro das áreas ribeirinhas no século XVIII.

O Solar dos Vasconcelos é um edifício original construído por volta de 1770, resultado de uma adaptação de um celeiro sobradado datado de 1689 a habitação, tendo sido residência da família Vasconcelos, desde o séc. XVIII até á data de venda em 1970. Foi demolido parcialmente em 1982 a cargo do novo proprietário com uma licença de reparação da cobertura, com o intuito de aí ser instalado um centro comercial. Após a intervenção da Autarquia e embargo da obra de demolição, a Câmara Municipal procede à aquisição do que restava do imóvel, a fachada, para a instalação de um equipamento que compreende diferentes vectores sócio-culturais, construído em 1988, sob o projecto do arquitecto Maia Gomes, tendo a sua inauguração em 1991.

A casa de planta rectangular desenvolve-se em dois pisos, com a fachada seccionada por pilastras. A frontaria apresenta ao nível térreo duas janelas e duas portas de lintel arqueado, sendo a principal esculpida e ladeada por dois pequenos óculos polilobados e encimado por uma sobredimensionada pedra de armas dos Vasconcelos que se eleva até á cornija, evidenciada pela proximidade e diferença de escala com as janelas do piso superior, sendo este rasgado por oito janelas de sacada, gradeadas e também arqueadas, assentes em mísulas de pedra e que marcam a divisão entre os andares.

Este edifício pretendia ser uma marca de poder da parte de quem o habitava, demonstrando a sua géneses ascendência nobiliárquica numa localidade de carater modesto num meio caracterizado pela produção dos estaleiros navais e actividade piscatória.

⁶⁵ Decreto-Lei nº 129/77, de 29 de Setembro de 1977 – “Art. 2º São classificados como de interesse público os seguintes imóveis: (...) Distrito do Porto: Concelho de Vila do Conde: Casa do Submosteiro, na Praça da República, em Vila do Conde.



1 – Entrada, 2 – Galeria, 3 – Palco, 4 – Bar, 5 – Auditório, 6 – Sala de Exposições

Fig. 45 – Alçado, Corte e Plantas do Auditório Municipal

O objectivo programático do projecto previa a manutenção do restante existente, e a construção de todo um miolo novo para a instalação de um auditório municipal.

O edifício hoje apresenta uma imagem restaurada e similar à pré-existente, e foi o início da transformação da sua envolvência, que estava em perigo de decadência e abandono. Hoje este é um dos pontos bem frequentados na cidade, em expansão, e com vários espaços comerciais e de lazer activos.

O seu interior desenvolve-se através de uma entrada com corta-vento que aproveita a porta principal existente e dá acesso a uma cafetaria e a um espaço expositivo em galeria que dá por sua vez acesso ao auditório, desenvolvido em anfiteatro. No segundo piso desenvolvem-se mais alguns espaços expositivos, que têm acesso à entrada e também um segundo acesso ao auditório. As instalações sanitárias encontram-se no piso térreo e são acessíveis através do espaço de cafetaria.

O palco e espaços técnicos encontram-se no extremo das traseiras do edifício, que englobam os espaços sanitários e os camarotes.

O telhado subdividido em partes, estreitas e profundas permite uma integração na escala do quarteirão, de modo a preservar o panorama da cidade e protegendo os pontos de vista panorâmicos existentes na cidade, sendo o principal e próximo o Mosteiro de Santa Clara.



Fig. 46 – Fotografia da Fachada



Fig. 47 – Fotografia da Entrada

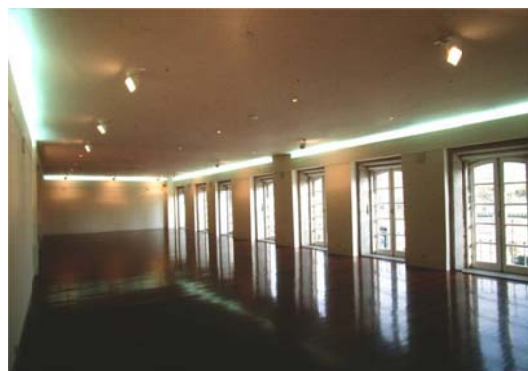


Fig. 48 – Fotografia da Sala de Exposição



Fig. 49 – Fotografia da Galeria



Fig. 50 – Fotografia do Auditório

O edifício serve para realização de conferências, exposições, exhibições de cinema e vídeo, concertos musicais e espectáculos de teatro. Demonstrou-se uma boa aposta, visto que ainda durante a sua construção, foi fechado em Vila do Conde o único cinema existente na cidade, vindo o Auditório Municipal preencher essa lacuna e ser durante anos a única sala de espetáculos da cidade. É no Auditório que funciona ainda o Cineclube de Vila do Conde, sendo ainda o espaço cedido para actividades de âmbito público, privado ou escolar.

A existência deste edifício veio ainda potencializar novas oportunidades a nível cultural, tendo sido a casa exclusiva durante anos do Festival Internacional de Curtas Metragens⁶⁶, entre outros eventos.

⁶⁶ Festival Internacional de Curtas Metragens conta com a 1ª edição em 1993, ganhando expressão no meio e atraindo público rapidamente, demonstrou a insuficiência de espaço e que incentiva posteriormente a recuperação do Cine-Teatro Neiva.



Fig. 51 – Planta de Implantação do Solar de São Roque



Fig. 52 – Fotografia anterior à intervenção



Fig. 53 – Fotografia posterior à intervenção

4.3.2 Solar de São Roque

Livraria Municipal, Centro de Arte Cinemática e Residência de Estudantes

O Solar de São Roque é um edifício recuperado em 2002, situa-se na Rua do Lidador e pertence a um conjunto de casas fidalgas que pontuam Vila do Conde.

O edifício original foi construído nos finais do século XVIII, na antiga Rua Nova, actual Rua do Lidador, aberta durante a vigência de D. Manuel I e assenta sobre antigas fundações de um imóvel quinhentista, do qual ainda se denota alguns elementos construtivos.

A fachada principal é composta por três corpos, um central encimando por uma platibanda semicircular e coberta por um beiral e dois restantes corpos laterais dispostos em desenvolvimento axial. Cada um dos corpos é constituído por dois pisos e compostos por uma porta central e duas janelas, dispostas a eixo da porta.

A fachada posterior não apresenta o mesmo tipo de preocupações formais e apresenta três ordens de vãos em cada um dos pisos.

O edifício tinha a função de habitação, tendo espaços nas traseiras de arrecadação e cavalariças.

O edifício actual engloba as funções de Solar – Galeria de Arte Cinemática, Livraria Municipal e Residência de Estudantes Universitários. O edifício serve ainda de passagem entre a Rua do Lidador e a Praça José Régio, onde ao nível do rés-do-chão foi criada uma ligação desnivelada numa ampliação ao edifício existente e que vence um desnível de cerca de 8,70 metros, acessível por escada e por elevador. Esta ligação está integrada num conjunto de novos percursos transversais, paralelos ao rio, que a Câmara tem como objectivo implantar na zona que liga a parte alta da Vila à zona ribeirinha que apresenta um grande desenvolvimento linear e dificulta o atravessamento no sentido paralelo ao Rio.

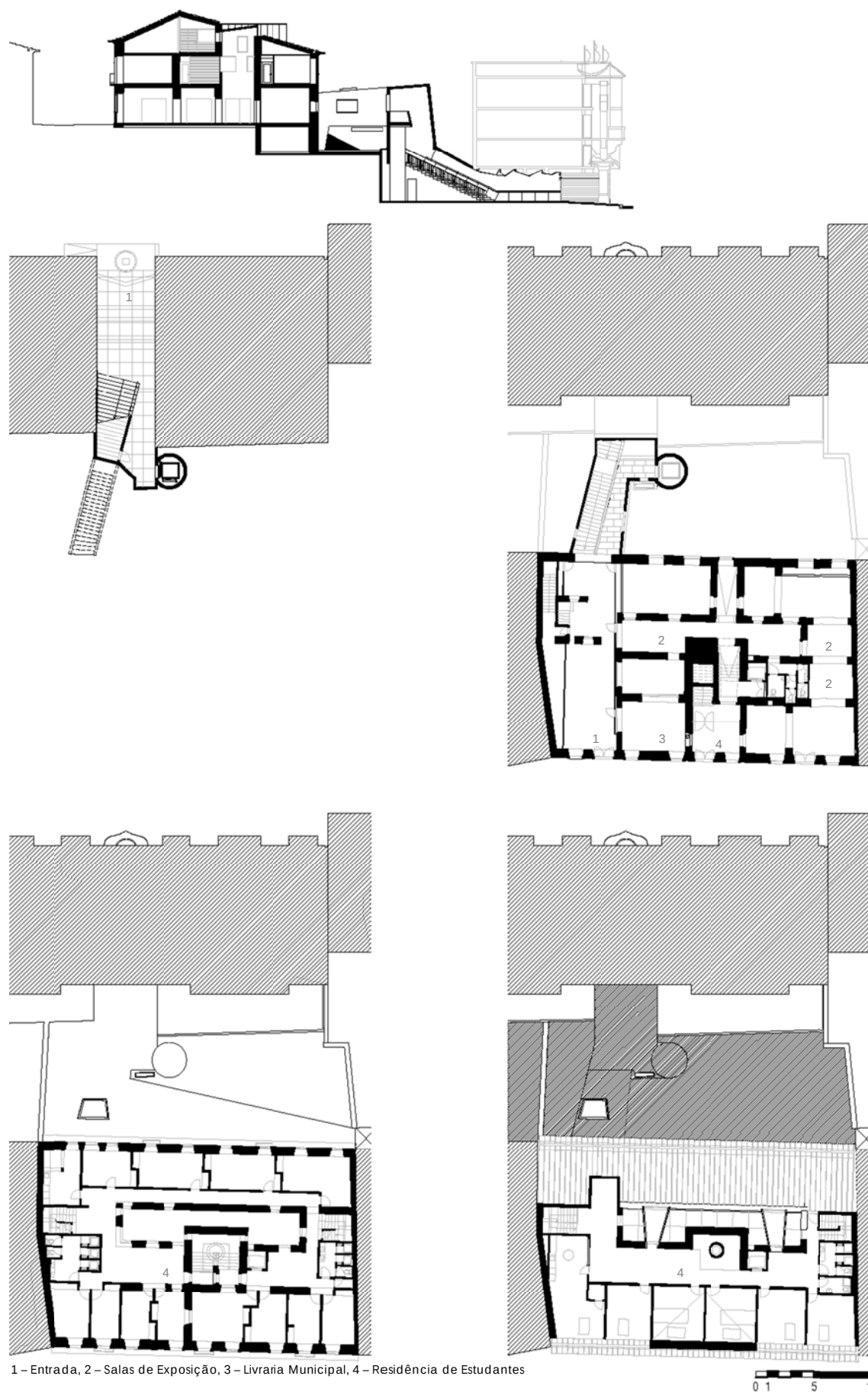


Fig. 54 – Corte e Plantas do Solar de São Roque

O projecto, do Arquitecto Maia Gomes, desenvolveu-se a partir da aceitação da ruína, como valor simbólico, compreensível pela acumulação de características no processo de sedimentação e transparência das sobreposições construtivas.

Após a análise do existente, foi possível constatar o edifício como um conjunto de construções, desde a fachada do século XVIII, assente sobre antigas fundações de um imóvel quinhentista, sendo alguns elementos ainda visíveis na fachada posterior e a nível do rés-do-chão.

O projecto é assumido como uma unidade, em que cada um dos elementos do projecto, sendo novos ou antigos, tem igual relevo e valor no processo de desenho, onde se pretende exprimir autenticidade em cada uma das opções. As intervenções no edifício existente e na ampliação variam os materiais e as cores utilizadas.

A área da galeria e da passagem são tratadas em granito regularizado e as paredes são em betão colorido com óxido de ferro, cor das fachadas dos edifícios setecentistas. A área das salas de exposição mantem o chão original irregular, em que se mantém o espaço de pátio, agora coberto por uma claraboia minimal. No espaço da residência de estudantes os espaços são rebocados e tratados com madeira envernizada, de modo a conferir um ambiente confortável ao espaço residencial.



Fig. 55 – Átrio das Salas de Exposição



Fig. 56 – Passagem ao nível superior



Fig. 57 – Passagem ao nível inferior

No rés-do-chão foi instalada a Galeria Solar de arte cinemática, com espaço de exposição e uma livraria municipal. A sua programação está a cargo das “Curtas Metragens” organizadores do Festival Internacional de Curtas Metragens, sendo este também um ponto de inspiração no projecto. Ainda no piso do rés-do-chão foram mantidas duas paredes e vãos de lavra quinhentista e que constituem um elemento caracterizador do edifício primitivo construído no século XVI.

O projecto de recuperação dos pisos superiores deste imóvel é um complemento residencial da Escola Superior de Tecnologia e Gestão e compreende a construção de quartos distribuídos em 2 andares, espaços de convívio e um apoio de cozinha.

Confrontando com as traseiras do edifício pré-existente, na Praça José Régio, foi recentemente construído um novo edifício de residência de estudantes, do Instituto Politécnico do Porto, concluído em 2008, eliminando a visibilidade para o Solar de São Roque.

A construção foi realizada em três fases, sendo na primeiro construída a Residência de Estudantes, numa segundo foi instalada a Galeria de Arte Cinemática e numa terceira foi realizada a passagem, vazando a Casa de São Roque em direcção á Praça José Régio.



Fig. 58 – Planta de Implantação da Casa Museu José Régio



Fig.59 – Fotografia da Casa José Régio anterior à intervenção

4.3.3 Casa de José Régio e Centro de Estudos Regianos

A Casa de José Régio em Vila do Conde é um edifício de arquitectura do século XIX. Foi herdada pelo seu pai por parte da “Madrinha Libânia”, em 1928. Passou seguidamente para a posse de José Régio aquando a morte de seu pai.

A estrutura da casa que se apresenta hoje é resultado da uma grande intervenção levada a cabo pelo próprio poeta na década de 60 do século XX, de modo a receber uma grande variedade de peças de mobiliário e obras de arte pertencentes ao acervo regiano. Através da acção directa do poeta, a casa transformou-se no seu refúgio de final de vida, e contentor de uma colecção de arte, muita de cariz religioso e popular.

A casa que se distribui em três andares permite percorrer um conjunto de espaços de vivências onde se apercebem referências e memórias, num conjunto de objectos escolhidos por José Régio, numa sucessão de áreas sociais e íntimas.

Após a morte do poeta a 22 de Dezembro de 1969, a Autarquia procedeu à sua aquisição tendo sido aberta ao público em 17 de Setembro de 1975, na data de aniversário de José Régio, possível através do empenho da família e amigos, a da Câmara Municipal que contou com a colaboração da Fundação Calouste Gulbenkian.

A unidade museológica é considerada por parte da Autarquia como Casa de José Régio, ao invés de casa-museu, devido ao facto de o imóvel se encontrar no estado em que o poeta o deixou, sendo a sua residência privada aberta ao público e não um museu criado para apresentar e divulgar o escritor. Esta ideia é ainda apoiada pelos amigos e família do poeta, na afirmação que a casa retrata apenas colecções adquiridas mas sim a personalidade do indivíduo⁶⁷, sendo um espaço de vivência efectiva, preservado desde a morte do poeta.

Sem receber qualquer tipo de obras desde a sua abertura ao público em 1975, na década de 90 foi iniciado um processo de estudo de modo a planificar uma intervenção profunda em toda a casa, tendo as obras sido realizadas entre 2005 e 2006.

⁶⁷ “Como de verifica, Casa é a palavra de ordem, e, na verdade, está correcto. Em outros patrimónios deparamos com a palavra composta Casa-Museu, solução que se justifica quando se trata de um património que pertenceu a determinada individualidade, que – embora sendo colecionador – se salientou em outros campos de forma relevante (na literatura, na ciência, etc.) deve de ser, então, usada apenas Casa, pois deste modo melhor se retrata ou evoca, que a totalidade do mundo habitacional, que a complexidade da própria personalidade” PEREIRA, João Reis, *A Casa de José Régio em Vila do Conde in Terras da Nossa Terra*, Vila do Conde, 1986.



Fig. 60 – Cortes e Plantas da Casa Museu José Régio e Centro de Estudos Regionais

A intervenção na Casa de José Régio segue uma premissa simples, restaurar o existente. No entanto constitui um desafio sendo de uma grande responsabilidade intervir numa Casa Museu organizada e restaurada pelo próprio poeta.

As obras foram acompanhadas sob a atenção do irmão e amigos do escritor, dos quais se destacam o cineasta Manoel de Oliveira e do Padre João Marques, seus companheiros de tertúlia.

Esta obra levanta algumas questões sobre o modo de intervir e ligadas à autenticidade. Será que a Casa José Régio continuará a ser a mesma Casa? Esta questão da autenticidade é já reportada no Documento de Nara, onde se introduz um novo conceito marcado pela realidade oriental e em que a noção de impermanência arquitectónica, permite estabelecer através de uma definição temporal do período em que os elementos foram construídos aquando da sua substituição.

As obras da Casa de José Régio foram precedidas por um levantamento com registos dos pormenores construtivos, sendo feito também um registo fotográfico e um registo em vídeo de modo a reproduzir o edifício pré-existente. Foi ainda realizado um catálogo de detalhes construtivos retirados em tamanho real, em madeira e com a informação das espessuras, dimensões e características cromáticas dos elementos construtivos pré-existent.

Durante o desmonte gradual de elementos construtivos, pode-se identificar as obras de José Régio, que nem sempre correctas do ponto de vista tipológico, e em que se constatou a introdução de paredes construídas em tijolo vazado assente em pavimentos de madeira e a substituição de argamassas tradicionais dos tabiques em fasquio por argamassas de cimento e areia.

Tentou-se substituir só as peças que se encontravam com elevados sinais de deterioração, mantendo-se assim algumas peças existentes e de modo a manter suaves assimetrias e empenos ocorridos ao longo dos anos. No revestimento do pavimento foi utilizada madeira de Riga velha recuperada para manter a patine do tempo. Foi ainda reposto o corrimão antigo, recuperado. Foram corrigidas as anomalias existentes relativas ao uso de materiais tradicionais.



Fig. 61 – Fotografia posterior á intervenção

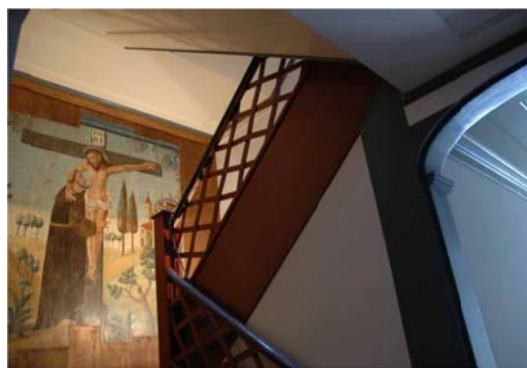


Fig. 62 – Interior da Casa José Régio



Fig. 63 – Auditório do Centro de Estudos Regionais



Fig. 64 – Interior do Centro de Estudos

À Casa-Museu José Régio foi associado um novo edifício, o Centro de Estudos Regionais, instalado na casa que anteriormente ocupava a sua empregada Benilde, em uma edificação totalmente nova. O edifício anterior encaracterístico datava do século XIX, integra hoje uma linguagem contemporânea, com um desenho referenciado no edifício vizinho, a Casa Museu.

O Centro integra um conjunto de serviços de apoio à Casa Museu, sendo provida de: recepção, loja, sala de exposições, depósitos, salas de estudo e um auditório. Foi aberto ao público a 17 de Setembro de 2006.

A partir desta intervenção e da ampliação, este conjunto adquire as características de casa-museu, integrando uma organização e disponibilidade de conteúdos além da estrutura original da Casa de José Régio.

A Casa Museu José Régio foi ainda distinguida com o Prémio GECORPA⁶⁸ de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico em "Recuperação da Casa José Régio em Vila do Conde" na edição de 2008.

⁶⁸ Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, por decisão unânime do júri seu júri, composto por representantes do GECORPA, Ordem dos Arquitectos, Ordem dos Engenheiros, IGESPAR e ICOMOS-Portugal.



Fig. 65 – Fotografia anterior à intervenção



Fig. 66, 67 – Fotografia da Casa Antero de Quental

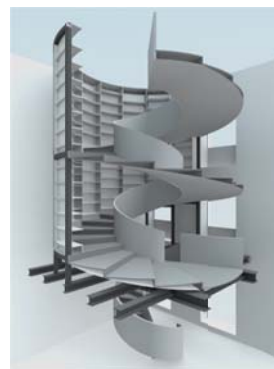


Fig. 68 – Estudo da escada

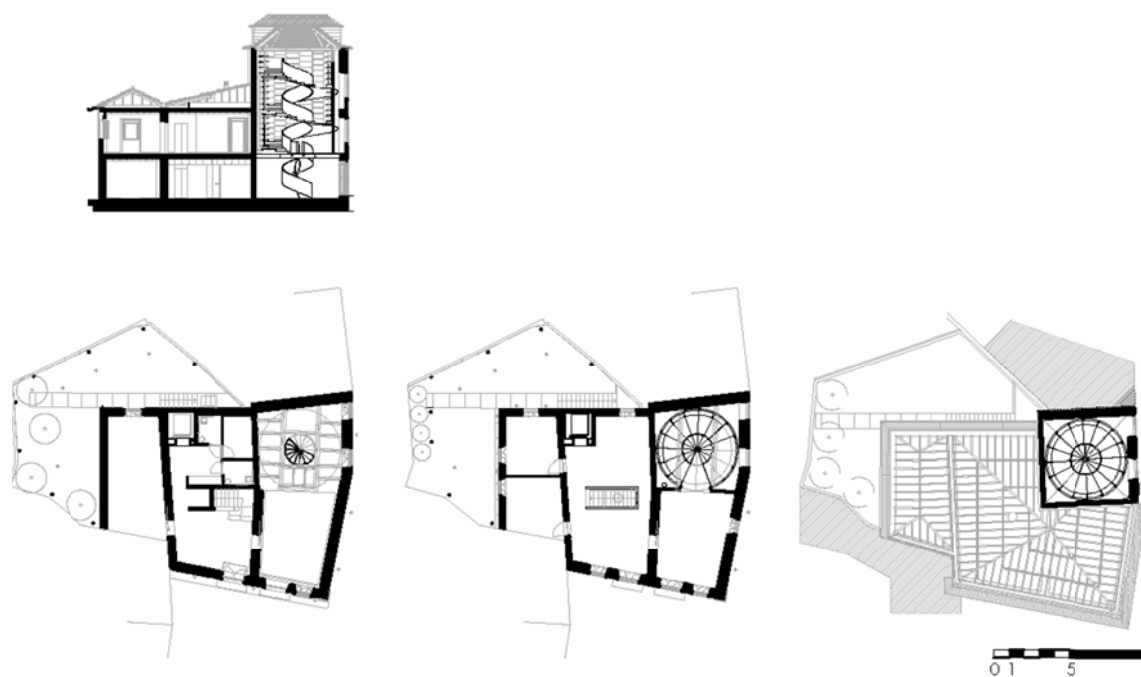


Fig. 69 – Corte e Plantas da Casa Antero de Quental

4.3.4 Outros casos de intervenção em Património

Além dos casos expostos, há uma maior variedade de edifícios recentemente intervencionados, com tipos de abordagem similar, usando o mesmo paradigma e baseando-se nos mesmos princípios ou tendo tipologias idênticas.

Neste estudo, os casos agrupam-se em três categorias. Obras novas integradas em “património contentor”, em que a nova construção emerge no interior de uma fachada ou invólucro com carga simbólica. Obras de ampliação de edifícios históricos, em que a atitude predominante em Vila do Conde é a de conjugar linguagem histórico e linguagem contemporâneo no mesmo edifício, no objectivo de criar uma unidade, e obras de restauro, em que se tenta manter ou recuperar os edifícios às características conhecidas de um tempo passado.

O recurso a uma construção nova tem sido utilizado como último recurso por parte da autarquia em casos excepcionais ou indispensáveis.

A casa onde Antero de Quental viveu de 1881 a 1891 é um destes casos, em que aquando a aquisição por parte da autarquia a casa já teria sofrido remodelação que incluíam a demolição do interior e parede posterior original e a sua substituição por estruturas de pilares e vigas e o seu preenchimento com tijolo vazado cerâmico e se encontrava descaracterizado.

A demolição e análise preliminar permitiram identificar as fundações e algumas das paredes pré-existentes originais, sendo possível reconstituir o perímetro das paredes estruturais em granito.

O edifício é composto por dois pisos, piso térreo e primeiro piso, existindo ainda na extremidade noroeste uma "pseudo torre" com mais dois pisos, uma tipologia recorrente na área e a qual servia para avistar a entrada de embarcações na barra de Vila do Conde.

Conseguiu-se assim uma aproximação ao volume e compartimentação original, alterando-se o seu subdivisionamento, de modo a obter espaços mais amplos. Demais alterações foram introduzidas devido à reduzida dimensão dos espaços, de “dimensões domésticas” não se ajustarem a um edifício de uso público. Assim foi tomada a decisão de se alterar a posição da escada, que se transformou também na biblioteca e que aproveita ainda o espaço da “pseudo torre”, conseguindo assim vencer quatro pisos e tendo espaço para seis mil livros.



Fig. 70 – Fotografia do Cine Teatro Neiva



Fig. 71 – Fotografia posterior á intervenção



Fig. 72 – Auditório Pequeno



Fig. 73 – Auditório Grande

O teatro municipal de Vila do Conde, inaugurado em 2009, foi edificado sobre o antigo Cine-Teatro Neiva.

O edifício original do Cineteatro Neiva foi construído na década de 40 e inaugurado em 1947, propriedade do empresário Joaquim de Oliveira Neiva, de construção típica do estilo “Estado Novo”, encerrado em 1986 e adquirido pela autarquia em 1987.

O projecto de requalificação candidatou-se ao programa da Rede Nacional de Recintos Culturais e de Cine-Teatros Históricos, lançado pelo Ministério da Cultura, com quem estabeleceu em 1999 um protocolo para a recuperação e ampliação do Cine-Teatro Neiva, com o apoio do Plano Operacional da Cultura e do Programa de Intervenção para a Qualificação do Turismo.

O projecto tentou assegurar um ambiente que embora atribua diferentes funções aos novos espaços e valências, permita uma configuração facilmente reconhecida pelos anteriores utilizadores. A reformulação da compartimentação equipou o Teatro com duas salas, tendo a sala principal uma lotação de 605 lugares, número próximo á antiga sala.

A intervenção visou a manutenção das fachadas principal e lateral, em que se quadruplicou o volume, numa ampliação para Norte. Recorreu-se ao uso da cor rosa como cor determinante na caracterização do novo edifício, a exemplo do edifício antigo que era pintado nessa cor a nível das fachadas e espaços de circulação. Os painéis de marmorite rosa foram substituídos por placas de mármore também rosa, utilizando-se a mesma estereotomia. Os elementos decorativos exteriores foram igualmente repostos, exemplo de componentes da iluminação e sinalética exteriores em néon.

Os tectos e paredes interiores são na sua maioria tratados a cor rosa, aplicados em reboco pigmentado e espatulado acabado com um preparado de cera natural. Os lambris e outros adornos e revestimentos das paredes foram executados com pedra vermelha "Alicante". Os pavimentos foram revestidos com granito polido verde. Os rodapés foram executados em latão não tratado.



Fig. 74 – Fotografia anterior à intervenção



Fig. 75 –Fotografia posterior á intervenção



Alçado principal



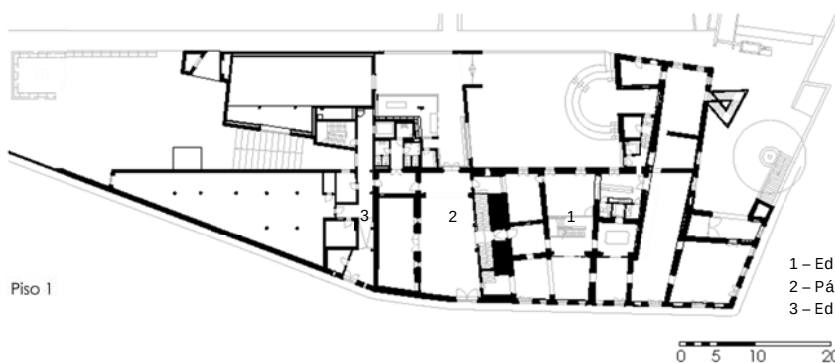
Alçado Interior



Fig. 76 – Pátio



Piso 0



Piso 1

- 1 – Edifício Existente,
- 2 – Pátio
- 3 – Edifício Novo

0 5 10 20

Fig. 77 – Alçados e Plantas do Centro e Memória

A ampliação de edifícios foi uma das intervenções usadas em vários casos, e em que o modo de integração entre edifício novo e antigo é específico para cada uma das obras.

No caso do Centro de Memória, o edifício existente, também conhecido por Casa de S. Sebastião, apresentava elementos construtivos característicos do século XVII e corresponde ao modelo dos solares rurais do Minho, diferenciando-o de outras casas com a mesma tipologia, com um acesso ao primeiro piso através de uma escada no interior do átrio, localizada lateralmente à fachada "principal" orientada à rua, num pátio acessível através de um portal encimado por um brasão e incluía ainda um terreno com aproximadamente 9.000 m², que engloba uma área destinada a jardim e uma destinada à agricultura.

Após o estudo e análise profunda através do levantamento efectuado ao edifício, não se registou qualquer elemento anterior ao século XVIII, e a picagem das paredes e a prospecção arqueológica permitiram revelar elementos que permitiram a reconstituição criteriosa do processo evolutivo do imóvel, com a identificação de algumas intervenções que teriam sido realizadas em meados do século XIX, no apêndice Sul do edifício e implantado um mirante no eixo central da casa, semelhante a outro existente no limite do terreno.

O projecto de reestruturação do edifício tinha o programa funcional de criação de um arquivo e espaço museológico. O edifício pré-existente foi objecto de restauro, com relevo para a recuperação de antigos estuques escrupulosamente repostos e que compreenderia a função de espaço de exposição centrada no tema de história e formação urbana concelhia e espaços de realização de conferências e áreas de extensão educativa. A parte nova compreende as áreas de recepção, depósito e área de tratamento técnico, salas de exposições temporárias e salas para exposição de arte contemporânea. O espaço de articulação é um pátio pré-existente, onde se localiza a escada de acesso ao piso superior, acessível da rua através de um portão brasonado, que foi coberto com uma estrutura leve e transparente. Os corpos novos foram revestidos a pedra de calcaria, com um relevo semelhante ao areado do reboco do edifício antigo. No edifício antigo foi ainda introduzida uma escada para melhorar a fluidez dos percursos interiores, sendo esta um elemento de contraste e destaque, tendo uma geometria própria e revestida a aço corten. Os jardins também foram restaurados, havendo o mínimo de movimentos de terras, em que se utilizaram caminhos pré-existentes, removendo-e o muro de modo a abrir o jardim para a cidade um novo espaço verde público.



Fig. 78 – Fotografia anterior á intervenção



Fig. 79 – Fotografia posterior á intervenção



Fig. 80 – Fotografia do Interior



Fig. 81 – Fotografia do Salão Nobre



Fig. 82 – Alçados e Plantas do Paços do Concelho



O edifício da Câmara Municipal ou Paços do Concelho, outra obra de ampliação e conjugação de espaços de tempos diferentes. O conjunto apresenta espaços do século XVI, do século XVIII e do século XXI, conjugados num só edifício. O acesso principal desenvolve-se a partir do lote de charneira entre os edifícios dos séculos XVI e XVIII.

A caracterização arquitectónica foi praticada de um modo simples, de modo a criar características que permitam uma clarificação na identificação e leitura dos diferentes espaços, com a utilização de métodos e materiais diferentes nas partes do edifício com origem em épocas diferentes, conseguindo ainda responder às necessidades actuais de percursos acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada.

Perante espaços do século XVI, adoptou-se uma atitude de restauro, em que se complementou os lajeados existentes, introduziu-se vigamento em madeira de carvalho maciço envernizado a nível dos pavimentos do primeiro andar, restaurou-se os tectos originais em madeira do séc. XVI, mantendo-se o aspecto e desenho original e ainda o restauro do baldaquino do Salão Nobre.

Os espaços do século XVIII foram igualmente restaurados com elementos dessa época sendo ainda restaurados elementos da estrutura interior do século XIX.

A fachada foi igualmente mantida e restaurada, mantendo a imponente escadaria que dá acesso ao piso nobre, termina num varandim e dá acesso a uma porta de entrada, encimada pelas armas de D. Manuel I e por sua vez ladeada por duas esferas armilares.

O edifício charneira, de construção nova usa uma estratégia distinta mas não contrastante, em que os pavimentos e lambris dos espaços de circulação são revestidos a mármore branco de Estremoz e os restantes pavimentos e as caixilharias são em madeira de Jatobá.



Fig. 83 – Exterior anterior à intervenção



Fig. 84 – Exterior posterior à intervenção

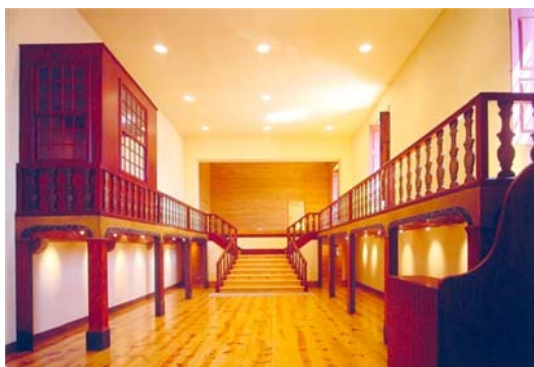


Fig. 85 – Interior Restaurado



Fig. 86 – Interior Novo

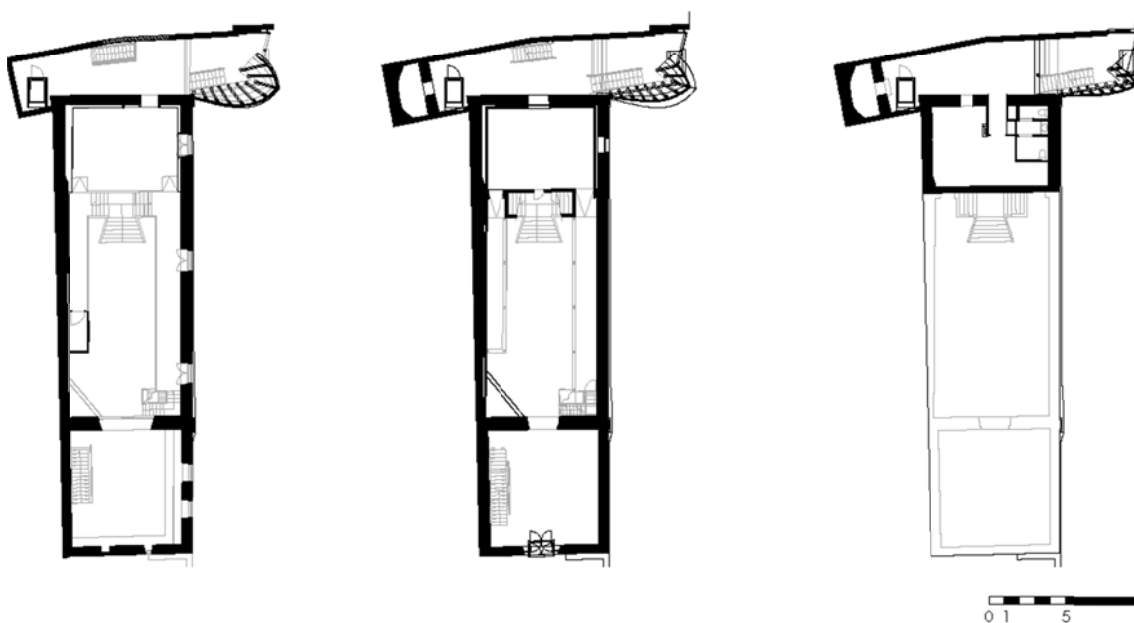
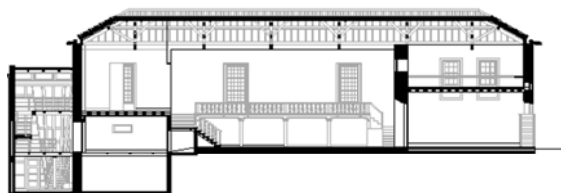


Fig. 87 – Corte e Plantas da Alfândega Régia

A Alfândega Régia data de 1487, mandado construir por D. João II, tendo recebido uma transformação na viragem do século XIX-XX e uma terceira intervenção concluída em 2001, sendo esta integrada no Projecto Piloto Urbano – Viagem à Rosa dos Ventos, sendo outro exemplo de uma reabilitação com uma ampliação, de modo a responder às novas necessidades.

A intervenção baseou-se no restauro do salão do século XVIII e na instalação de um Núcleo Museológico ligado à construção Naval em Madeira, incluindo um espaço expositivo. Um dos objectivos era ainda tornar o edifício acessível, difícil devido à sua implantação sobre um afloramento rochoso granítico, tendo-se em projecto especial atenção à remoção de barreiras arquitectónicas, representadas pelos desníveis presentes tanto no exterior como no interior do edifício, incluindo o tratamento dos arranjos exteriores, sendo prevista uma rampa que absorve a altura entre a cota da rua e a entrada Sul. De modo a não afectar os espaços a restaurar, um elevador foi instalado num lote adjacente, lote este com uma linguagem própria e alusiva ao tema náutico.

No 1º piso do edifício localiza-se o Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas, inaugurado a 12 de Dezembro de 2003, sendo uma extensão especializada do Arquivo Municipal de Vila do Conde. Numa terceira fase foi ainda instalada uma réplica de uma Nau Quinhentista na envolvente à Alfândega.

O resultado deste equipamento com estas valências permitiu a criação de uma dinâmica cultural inovadora (integrando o Museu, a réplica da Nau do século XVI e o Centro de Documentação), ao mesmo tempo que dinamiza a articulação entre a escola e a história local, constituindo um polo de atracção turística, e coloca as tecnologias da informação e comunicação ao serviço da investigação e do conhecimento.



Fig. 88 – Convento do Carmo



Fig. 89 – Casino



Fig. 90 – Casa do Vinhal



Fig. 91 – Centro de Acolhimento



Fig. 92 – Casa do Barco

Além destas obras, existem diversas outras que integram no conjunto de edifícios recuperados pela autarquia, e a que se adaptaram novos usos.

O antigo Convento do Carmo foi o primeiro edifício a ser recuperado pelo Gabinete Técnico Local, em 1988, onde se instalou e se localiza até à actualidade. A Câmara Municipal também intervencionou no espaço público envolvente, e instalou ainda um parque infantil, de modo a originar o primeiro ponto de influência aos proprietários da zona a iniciar um processo de recuperação.

O antigo edifício do Casino, que ainda chegou a ser também o Colégio de São José, foi adquirido pela Câmara Municipal e transformado no Centro Municipal da Juventude, aberto ao público em Setembro de 1995, é ainda um ponto de educação e formação, assim como de espaço de lazer e ocupação dos tempos livres para a população mais jovem. Neste edifício estão ainda instaladas a Academia de Música S. Pio X, com cursos certificados pelo Conservatório de Música do Porto, e a Escola de Dança.

O edifício da Casa do Vinhal, solar urbano típico do século XVIII, embora compreenda sobreposições construtivas datadas entre os séculos XVI e XVIII, era onde se localizava a Escola de Renda até o nível de degradação do edifício causar a sua transferência para o Convento do Carmo. Após a sua recuperação, foi aberto ao público em 1991, onde se manteve a sua função de Escola de Rendas, a par de um Museu dedicado às Rendas de Bilros. É ainda a Câmara Municipal que tutela a organização das rendilheiras do concelho, apoiada pela Associação para a Defesa do Artesanato e do Património de Vila do Conde e que preserva a continuidade da actividade da arte da Renda de Bilros, arte tradicional de Vila do Conde.

Além de intervenções sobre património histórico, existem ainda obras de construção novas, integradas no mesmo conjunto urbano e realizadas também por parte do Gabinete de Projecto da Autarquia, fazendo parte da reabilitação urbana de espaços históricos.

Ao abrigo do PPU foram instalados um Centro de Acolhimento com as funções de bar e esplanada e a Casa do Barco, espaço museológico temático à construção naval, ambos em linguagem arquitectónica moderna, localizados no espaço do antigo estaleiro. Apresentam-se como dois volumes geométricos, usando o vidro como principal material, destacando-se da sua envolvente e construções vizinhas.



Fig. 93 – Sessão do Curtas no Teatro Municipal



Fig. 94, 95– Cartazes de várias edições do Festival Curtas-Metragens

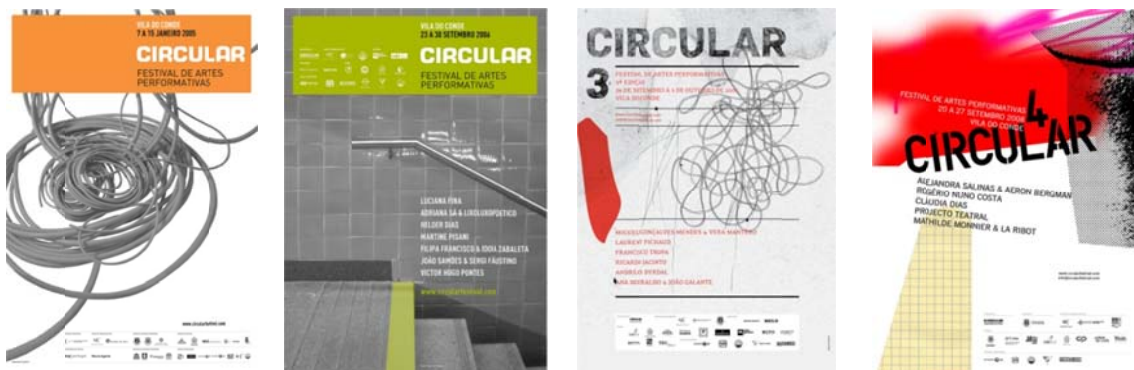


Fig. 96, 97, 98, 99 – Cartazes de várias edições do Festival Circular

5. Desenvolvimento

Além de todo o conjunto de Património Material, existe ainda uma política de gestão e dinamização dos espaços municipais, originando uma vasta oferta cultural. Estas acções constituem o capital cultural imaterial da cidade.

Embora não seja clara uma política de criação de eventos culturais, existe uma política de apoio a associações autónomas que assenta em dois pressupostos, a atribuição de subsídios e apoio logístico com a cedência de espaços municipais. Esta relação permite a subsistência de várias associações, através dos incentivos financeiros, do mesmo modo que a cidade necessita delas, assim como dos restantes profissionais de música ou teatro, para como agentes culturais contribuírem para melhorar o tecido social e dar mais consistência à política urbana.

A Feira Nacional de Artesanato (FNA) é um dos eventos mais significativos, com a primeira edição em 1978, com edição anual, e originada com o objectivo da promoção da Renda de Bilros e do artesanato local. É um dos eventos com maior projecção, contando na sua última edição com cerca de 400.000 visitantes, sendo um motivo de promoção turística e visibilidade externa ao concelho. Este evento teve um crescimento rápido, conseguindo receber artesões de todo o país e apostando por vezes na representação de artesanato internacional.

O Festival Internacional de Curtas Metragens (FICM), realizado desde 1993 pretende ser um palco para a projecção interna da produção internacional assim como conseguir promover a mostra da promoção nacional. A partir do FICM criou-se ainda a Agência da Curta Metragem, estrutura externa ao Festival, que gerou o impulso na divulgação do cinema português, organizando ainda a presença de filmes e curtas metragens em mais festivais a nível mundial. O tamanho que rapidamente alcançou o festival e que necessitou de adoptar soluções temporárias de modo a albergar o festival, com o Cinema ao Ar Livre, Cinema na Tenda, Solar de S. Roque e o piso -3 do parque de estacionamento da Praça José Régio foi decisivo na necessidade de reabilitação do Cine-Teatro Neiva como Teatro Municipal.

Outros eventos de menor dimensão mas ainda importantes na consistência de oferta cultural de Vila do Conde são ainda o Circular – Associação Cultural que desde 2004 realiza o Circular – Festival de Artes Performativas; Corda Bamba – Associação para as Artes do Circo, que actua junto com ginastas de alta competição existentes em Vila do Conde; Ollin Kan – Festival Internacional das Culturas de Resistência, sendo Vila do Conde a primeira sede em território europeu em 1998; Associação Nuvem Voadora, que desde 2008 organiza o evento “Queima do Judas” e que pretende promover a arte e a cultura; teatro de Formas Animadas (TFA) – surgido em 2001 é um projecto de marionetas que pretende recuperar as formas tradicionais das marionetas e máscaras, incorporando-lhe carácter contemporâneo, incluindo uma vertente formativa.

A par dos festivais existe ainda vários organismos formativos, tais como a Academia de Música S. Pio X, instalada no Centro da Juventude/Antigo Casino a partir de 1995, e que organiza desde 1988 os Cursos de Aperfeiçoamento Musical de Vila do Conde, ou o Estaleiro – desenvolvido pelas Curtas Metragens, CRL, que organizará um conjunto de 20 ateliers, 20 concertos e a produção de 20 filmes e que pretende formar profissionais na área audiovisual e que permite o cruzamento do cinema, da música e das artes visuais.

Tais actividades apresentam-se numa relação de sinergia entre a valorização material e a imaterial, em que o em que a valorização de um espaço permite o desenvolvimento de certas actividades, que fomentando o meio cultural promove posteriormente a valorização de novos espaços.

A reabilitação garantida pela autarquia promoveu o desenvolvimento privado, em que o processo de reabilitação de imóveis e actividades privadas tem sido constante. A instalação de novos residentes e de novas actividades económicas, direccionadas para o lazer e restauração demonstram os objectivos cumpridos de promoção da permanência de habitantes e desenvolvimento sócio económico referentes a cidades criativas e culturais.

A alteração dos paradigmas da habitação no centro histórico também é visível na edificação corrente, com a alteração de moradias unifamiliares para a de apartamentos, que permite aumentar a capacidade de população, assim como atrair mais tipologias de famílias presentes na sociedade contemporânea.

É ainda de salguardar que durante o processo de desenvolvimento a centro histórico se tem ainda conseguindo garantir a preservação da memória colectiva, assim como ainda ocasionar a ideia da pertença por parte dos residentes, onde ainda se reconhecem valências proporcionadas por sociedades tradicionais, num equilíbrio com valências contemporâneas.

A regulamentação aplicada pelo autarquia permite que estas intervenções se coerentem entre si, de modo a se integrarem igualmente com o espaço público envolvente, assim como a regulamentação das várias actividades instaladas no centro histórico.

6. Considerações finais

“...obrigada a permanecer imóvel e igual a si própria para melhor ser recordada, Zora estagnou-se, desfez-se e desapareceu. A Terra esqueceu-a.”

CALVINO, Italo, *As cidades invisíveis*, Lisboa, Teorema, p.20

Os centros históricos sofreram uma retracção funcional, num tempo marcado por alterações substanciais nos diversos domínios individuais e colectivos, com a emergência dos valores da modernidade resultantes numa multiplicidade de funções urbanas actuais que o centro histórico tenta responder, mantendo os valores históricos e por vezes tradicionais.

No caso de Vila do Conde, após um período de desregramento por parte da Autarquia, que originou o aparecimento de espaços desordenados e eventualmente danificadores da imagem do centro histórico, prolongado até à década de 80 do séc. XX, a autarquia estimulou um discurso sobre a reabilitação urbana e o planeamento do centro histórico.

A reabilitação dos centros históricos ultrapassa o tema do restauro arquitectónico e o da conservação do património construído, existindo também abordagens políticas e urbanas, existindo sempre o pressuposto da manutenção da identidade e memória colectiva da cidade.

A coordenação dos vários recursos, humanos, físicos e financeiros foi essencial para as intervenções que se realizaram em Vila do Conde, seguindo ainda teorias que se têm desenvolvido recentemente a nível internacional. A valorização do conhecimento face às economias de produção faz com que o alvo de atracção das medidas de intervenção mude de foco das empresas e indústrias para os meios culturais e criativos. O centro histórico converte-se em “...um novo localismo cheio de potencialidades”⁶⁹ em que supera o papel de depósito do passado para um polo de conhecimento e desenvolvimento.

⁶⁹ AMIN, Ash; THRIFT, Nigel, *Cities: remargining the urban*, Blackwell, 2002

O aproveitamento do sentido de oportunidade permitiram a Vila do Conde, realizar Intervenções ao menor custo para a Autarquia, através do uso de vários instrumentos e diversas bases de financiamento, que possibilitaram assim ao Município organizar operações de grande escalas e de grande impacto para a cidade, que conseguiram melhorar e resolver os problemas de áreas degradadas a curto prazo.

O protagonista essencial na reabilitação é neste caso o Departamento de Estudos e Projectos, dirigido pelo Arq. Manuel Maia Gomes, que coordenou a candidatura ao PPU, PRU e POLIS, coordenando ainda a equipa da elaboração do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro histórico de Vila do Conde. A existência de uma equipa que trabalhe em diversas escalas, urbana e arquitectónica, permite uma conformidade entre os espaços públicos e o edificado. É ainda a cargo deste Departamento que ficam as decisões acerca do licenciamento de qualquer obra a realizar no demarcado Núcleo Antigo.

A aposta em projectos de espaços públicos como incentivo ao investimento privado em edificado degradado tem resultado na instalação de diversos espaços de lazer e restauração, criando novos sítios de atracção turística, assim como conseguiu introduzir alguns elementos necessários aos novos requisitos de qualidade urbana, como é o caso da construção de vários espaços verdes, como foi o caso do Parque da Cidade ou o Jardim do Centro de Memória.

Numa primeira fase é definido a estratégia de abordagem à cidade. Tem lugar a elaboração de grandes planos ou projectos de maior escala, em âmbitos territoriais mais alargados e aproveitando a oportunidade de programas e agentes, com candidaturas a diversas fontes de financiamento, para resolver situações de degradação emergentes, permitiram iniciar o processo de reabilitação do Centro Histórico, como foi o caso do PRAUD que interviu na reabilitação de ruas ou o PPU que permitiu reabilitar o espaço do antigo estaleiro e a sua envolvente.

É ainda de notar que esta mesma equipa é capaz de realizar intervenções baseadas em diversas tipologias, desde restauros, reabilitações e reconstruções, conseguindo mostrar um conjunto coerente de intervenções e um resultado final proveitoso para a cidade. Os edifícios foram alvo de intervenções diferenciadas e adoptaram soluções diversas preservando a identidade do lugar. Através das opções destes edifícios a Autarquia conseguiu protegê-los da sua própria degradação e ainda através do apoio financeiro conseguiu sustentar programas e actividades de funcionamento dos edifícios, com a promoção da ocupação por parte de entidades autónomas à gerência da Câmara Municipal de Vila do Conde. Alguns destes casos são a Academia de Música de S. Pio X, instalado no Centro Municipal de Juventude, pertencente à rede de Escolas do Ensino Particular e Cooperativo, e o Cineclube, que ocupou já vários edifícios, entre eles o Auditório Municipal e actualmente o Teatro Municipal.

Este trabalho tentou analisar o processo de Vila do Conde nos tempos recentes, que se tem transfigurado num caso paradigmático e já reconhecido por diversas vezes através de diversos prémios. Conclui-se que a reabilitação de Vila do Conde é um processo contínuo e de um âmbito territorial alargado, em que o Centro Histórico é ainda visto como uma unidade a preservar e reabilitar e não apenas um campo em que se propagam edifícios pontuais alvos de intervenção. Nas intervenções arquitectónicas há alguns princípios comuns como é a aceitação e valorização da pré-existência, aceitação da ruína e a salvaguarda da identidade e memória do local, mas a metodologia de trabalho é flexível, com acções e objectivos distintos entre si.

Num apontamento final, no enquadramento da estratégia usada em Vila do Conde com o de outros casos nacionais, encontram-se várias similitudes nos métodos de actuação do governo local. Na sua equiparação com os casos de Guimarães e Viana do Castelo, denota-se várias correspondências no discurso de reabilitação urbana.

A par com o caso de Guimarães, existe desde cedo um sentido por parte da autarquia de preservação e salvaguarda do Centro Histórico, sendo pioneiro em Portugal na introdução de uma estratégia de “conservação do património urbano”. Ao invés do desregramento que se sentia em Vila do Conde, o caso de Guimarães era oposto, existindo uma sobreposição administrativa de áreas de protecção de monumentos nacionais, que considerado como um todo um monumento imutável. Inicia-se contemporaneamente ao caso e Vila do Conde a criação de um corpo técnico com as capacidades de administrador e regulador do Centro Histórico, iniciado com a associação para a defesa do património da cidade denominada Muralha em 1981 e a criação do Gabinete Municipal do Centro Histórico. Aqui também houve necessidade de criar instrumentos normativos locais, reguladores da política e gestão de ocupação de solos. Guimarães apostou mais cedo numa requalificação de espaço público, como incentivo ao investimento privado, como exemplo a Praça de Santiago em 1989, concedendo um serviço de apoio à reabilitação do edificado habitacional privado através do uso de financiamentos públicos, através do PRID - Programa de Recuperação de Imóveis Degradados e do RECRIA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas, meios pouco usados no caso de Vila do Conde.

O caso de Viana do Castelo apresenta também a existência de um GTL, corpo técnico dependente da Divisão de Planeamento Urbanístico e Projecto. Através do POLIS, a criação do Plano de Pormenor do Centro Histórico em 2002 permite estabelecer objectivos na ordem de aumentar e reforçar a oferta residencial e rede de equipamentos e serviços e qualificar o espaço público, exercendo ainda intervenções exemplares em imóveis de valor patrimonial.

Do confronto dos vários casos, há características próprias do caso de Vila do Conde. O Centro Histórico de Guimarães está classificado como Património Mundial desde 2001, existe a preparação da candidatura do centro Histórico de Viana do Castelo também a Património Mundial, enquanto em Vila do Conde não existe qualquer iniciativa de candidatura a esta classificação.

Nos dias de hoje a reabilitação de centros históricos apresentam-se como processos dinâmicos onde se gere a relação entre os valores a preservar e as funções e actividades a introduzir na cidade.

A nível nacional e legislativo existe ainda um outro agente recente que é as Sociedades de Reabilitação Urbana⁷⁰, inexistente no caso de Vila do Conde, sendo que estas empresas públicas enquadram-se num Regime Jurídico Excepcional de Reabilitação Urbana, que favorece a reconstrução e manutenção das habitações, aumentando o mercado de arrendamento, dando ainda apoio a proprietários com investimento privado na reabilitação da habitação. Em cidades de menor escala, o edificado habitacional e sua manutenção fica predominantemente sob iniciativa privada, de modo a não utilizar recursos públicos dos gabinetes autárquicos, podendo existir um apoio técnico.

Assim, embora de maneira ligeira e sem análises profundas de cada caso de estudo, mostrou-se que uma reabilitação de um Centro Histórico extravasa a intervenção urbana e a intervenção arquitectónica, mas que é sim um jogo de vários agentes, de uma procura e coordenação de apoio, e que joga ainda com as problemáticas da identidade da cidade e da memória colectiva, em que jogam também as dinâmicas sociais, culturais e económicas.

⁷⁰ Dec. Lei 104/2004 de 7 de Maio

7. Referências

Bibliografia

Fontes impressas

AAVV; *Actas do IV Encontro de História de Vila do Conde: património edificado: memória e reabilitação*; CMVC, Vila do Conde, 2006

ABRANTES, Júlia Maria Peixoto dos Santos Fernandes; *Vila do Conde – A construção da política cultural a nível local*; Dissertação em Mestrado em Geografia a FLUP orientada por Prof. Dr. Álvaro Domingues: Porto, 2000

AGUIAR, José; *Cor e Cidade Histórica: estudos cromáticos e conservação do património*; Porto, FAUP, 2002

ALMEIDA, Carlos A Brochado de (Coordenação), AAVV, *Rendas dos Bilros de Vila do Conde*; Minerva, 1994

AMORIM, António Augusto Gomes, *O Município de Vila do Conde dentro da evolução dos municípios portugueses*; Vila do conde, Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde, nº 7, 1972

CALVINO, Italo; *As cidades invisíveis*; Teorema, Lisboa, 2003

CARMO REIS, A. do; *Nova História de Vila do Conde*; CMVC, Vila do Conde, 2000

CHOAY, Françoise; *Alegoria do Património*, Edições 70: Lisboa, 2010

DUPUY, Gabriel; *L'auto et la ville*; Flammarion, Evry, 1995

GARCIA, Sara Sucena; *O desenvolvimento urbano e o processo de planeamento em Vila do Conde*; Tese de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano a FEUP, FAUP orientada por Professor Arquitecto Manuel Fernandes de Sá: Porto, 1998

GUILLAUME, Marc; *A Política do Património*; Campo das Letras, 2003

GIOVANONNI, Gustavo; *Vecchie città ed edilizia nuova*; Unione tipograficoeditrice, Turim, 1931.

LACAZE, Jean-Paul; *A cidade e o urbanismo*; Lisboa, Instituto Piaget, 1999

MIRANDA, Marta; *Vila do Conde*; Presença, Lisboa, 1998

MUMFORD, Lewis; *A Cidade na História – suas origens, transformações e perspectivas*; Martins Fontes, São Paulo, 1998

NEVES, Joaquim Pacheco; *Vila do Conde*; CMVC, Vila do Conde, 1991

POLÓNIA, Amélia; *Vila do Conde - Um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*; Dissertação de Doutoramento a FLUP orientada por Prof. Dr. João Francisco Marques: Porto, 1999

PONTE, António; *Casas-Museu em Portugal Teorias e Práticas*; Dissertação de Mestrado em Museologia a FEUP, Porto, 2007

PORTAS, Nuno; *Os tempos das Formas: a cidade feita e refeita*; DAAUM: Guimarães, 2005

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João; *Políticas Urbanas II*; FCG, Lisboa, 2011

Programa Polis – Plano Estratégico de Vila do Conde, Programa Polis, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa, 2000

RAMOS, Felicidade Conceição Vieira; *Eventos Culturais e Cidades, O caso específico do Curtas Vila do Conde*; Dissertação de Mestrado em ciências da Comunicação a FLUP orientada por Prof. Dra. Helena Maria de Azevedo Coelho dos Santos, Porto, 2010

REIS, António do Carmo; *Vila do Conde: 500 anos de História Urbana*; Vila do Conde, 1989

ROSMANINHO, Ema; *Os programas de intervenção e a estratégia da cidade*; Dissertação de Mestrado a FEUP orientada por Prof. Dra. Isabel Breda-Vázquez: Porto, 2002

SITTE, C; *Der Städtebau nach seinem Künstlerischen Grundsätzen*; Graeser, Viena, 1996

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim; *Revitalizing Historic City Quarters*; Butterworth-Architecture: Boston, 1996

Artigos

Aguiar, José; *A Experiência de Reabilitação Urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*; disponível em: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470419.pdf>

Aguiar, José; *Memória, Cidade e Projecto – Questões e paradoxos na conservação do património arquitectónico e urbano*; disponível em <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaguiar/jaguiarcongressooa2000.pdf>

COSTA, Vasco Martins; *Património e Cidade. Factores de Identidade e Planeamento Urbano*; Revista de Estudos Urbanos e Regionais (14/15): Afrontamento: Porto, Dezembro 1991, pp. 146-150

FERNANDES, José Alberto Rio; *Centros Históricos e Urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto*; Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente, pp. 12-25; disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9151.pdf>

FERNANDES, José Alberto Rio; *Reabilitação de Centros Históricos e Reutilização da Cidade: o caso de Porto e Gaia*; In *Conservar para quê?* coord. Vítor Oliveira Jorge. Porto: FLUP, 2005. 8ª Mesa redonda de Primavera.

FERNANDES, Mário Gonçalves; *Plano de Pormenor da Zona Ribeirinha Nascente em Vila do Conde: contributo de um geógrafo*; Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I série, vol. XIX: Porto 2003 pp. 429-439

JORGE, Susana Oliveira; *Conservar para quê? Apontamento*; In *Conservar para quê?* Coord, Vítor Oliveira Jorge, Porto, FLUP, 2005

JORGE, Vítor Oliveira; *Património, Neurose Contemporânea? Alguns apontamentos sobre o papel da memória colectiva na Idade da Fragmentação*, In *Conservar para quê?* Coord, Vítor Oliveira Jorge, Porto, FLUP, 2005

JORGE, Vítor Oliveira; *Preâmbulo*; In *Conservar para quê?* Coord, Vítor Oliveira Jorge, Porto, FLUP, 2005

MARQUES, Hélder; MARTINS, Luís; *Memória, herança, património e paisagem*; Cadernos de Geografia, nº17, 1998, Coimbra: F.L.U.C., pp.123-129

MATOS, Fátima Loureiro de; *Reabilitação Urbana da Baixa Portuense – Qualidade habitacional*; Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto II Série, Volume I, 2007 pp- 33-54

MENDES DA SILVA, José António Raimundo; *Reabilitar Edifícios em Centros Urbanos Antigos – A Razão dos Materiais*; em Arquitectura Ibérica - Reabilitação (30); Caleidoscópio: Casal de Cambra, Fevereiro de 2009 pp. 6-13

Queirós, João; *O Lugar da Cultura nas Políticas de Reabilitação de Centros Urbanos: apontamentos a partir do caso do Porto*; disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54383>

PEREIRA, João Reis, *A Casa de José Régio em Vila do Conde* ; Terras da Nossa Terra, Vila do Conde, 1986.

Sites Consultados

www.ccdr-n.pt

www.cm-viladoconde.pt

www.ine.pt

www.monumentos.pt

Índice dos Gráficos

26	Gráfico 1 – Evolução da população na localidade de Vila do Conde (freguesia)
40	Quadro 2 - Descrição das Acções do PPU
40	Quadro 3 – Parceiros/Apoiantes/Patrocinadores do PPU
46	Quadro 4 – As 10 fases da divisão do PRAUD
52	Quadro 5 – Lista das acções a desenvolver no POLIS
52	Quadro 6 – Lista dos Planos de Pormenor a desenvolver no POLIS
56	Quadro 7 – Lista das acções a desenvolver no PRU
56	Quadro 8 – Articulação dos planos de intervenção
58	Quadro 9 – Âmbito territorial dos programas
60	Quadro 10 – Fundo dos programas

Fontes Iconográficas

01	Políticas Urbanas, II, FCG, 2011 PORTAS, N.; DOMINGUES, Á.; CABRAL, J. coord.
02, 03, 15, 17, 24, 25, 31, 32, 43, 51, 58, 65	Elaboração própria sobre base cartográfica fornecida por CMVC
04, 18, 78, 83	http://carioca-carioca.blogspot.pt
05, 40, 89	http://www.facebook.com/viladoconde
06, 44, 52	http://www.monumentos.pt
07, 08, 09, 10, 16, 21, 22, 26, 27, 70	Arquivo Municipal de Vila do Conde
11	http://pedestrianismo.blogspot.pt/
12, 13, 28, 30	CMVC, Boletim Municipal
13, 35, 38	http://www.dgotdu.pt/
19, 59	http://cvc.instituto-camoes.pt/joseregio/a2.html
20, 61, 62, 63, 64, 71, 72, 73, 75, 76, 79, 88, 90, 92, 93	CMVC, Apresentação do projecto <i>Rediscovering Vila do Conde – Integrated Program of Urban Regeneration</i>
23	http://www.flickrriver.com/photos/vilarinho/2396707005/
29, 34, 36, 37	http://www.cm-viladoconde.pt
33	http://www.pregaia.com
39	http://www.way2b-ace.com
40, 41	http://habitarportugal.arquitectos.pt/pt/projects/24.html
45, 47, 48, 49, 50, 54, 60, 68, 69, 77, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87	Departamento de Estudos e Projectos da Câmara Municipal de Vila do Conde
46, 55, 56, 57, 91	GONÇALVES, Maria João (2012)
53	http://www.panoramio.com/photo/26798549
66, 67	CMVC, FG+SG
74	http://mjfsantos.blogs.sapo.pt/132502.html
94	http://sound--vision.blogspot.pt
95	http://www.cinema7arte.com
96, 97, 98, 99	http://www.circularfestival.com